



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 019/2016/SEMA/MT
CONTRATO DE REPASSE Nº 13.2.1265.1: MATO GROSSO SUSTENTÁVEL/FUNDO
AMAZÔNIA**

PROCESSO Nº 163721/2016/SEMA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2016/SEMA

TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

DATA: 16/08/2016 – HORÁRIO 13h00min

LOCAL: Será pelo Sistema SIAG, para ter acesso ao sistema eletrônico SIAG, os interessados em participar deste pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao site www.gestao.mt.gov.br, após clicar no link "Superintendência de Aquisições Governamentais", clicar "Fornecedores Acesse ao Sistema", clicar na aba "Fornecedor" após clicar no link "cadastro".

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 08 (OITO) VEÍCULOS TIPO HATHBACK E 36 (TRINTA E SEIS) VEÍCULOS TIPO CAMINHONETE 4X4, devendo ser observadas as especificações e quantidades, discriminadas no Anexo I – Formulário Padrão de Proposta, que faz parte integrante deste Edital.

SETORES DEMANDANTES: COORDENADORIA DE ATENDIMENTO, DESCONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO DE SERVIÇOS, SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO, SUPERINTENDÊNCIA DE RELACIONAMENTO E ATENDIMENTO E SUPERINTENDÊNCIA DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E BIODIVERSIDADE.

ÍNDICE

1. PREÂMBULO.....	2
2. DO OBJETO.....	2
3. DO ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL.....	2
4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO	3
5. DO CREDENCIAMENTO	5
6. DAS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS	6
7. DO ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS	7
8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS	10
9. DA HABILITAÇÃO	11
10. DOS RECURSOS.....	20
11. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO	21
12. DO CONTRATO.....	21
13. DO PAGAMENTO	23
14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	24
15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	26
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	26
ANEXO I.....	30
ANEXO II.....	33
ANEXO III.....	34
ANEXO IV.....	35
ANEXO V.....	36
ANEXO VI.....	48

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 019/2016/SEMA/MT

PROCESSO N.º 163721/2016

1. PREÂMBULO

O ESTADO DE MATO GROSSO, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE - SEMA, criada pela Lei Complementar nº. 214, de 23 de junho de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 566, de 20 de maio de 2015, neste ato representado por sua PREGOEIRA, designada pela Portaria nº 332/2015/SEMA, publicada no D.O.E. do dia 16 de julho de 2015, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, em conformidade com as Leis Federais nº 10.520/02 e nº 8.666/93, c/c a Lei Estadual nº 7.696/02 e com os Decretos Estaduais nº 7.217/06 e nº 7.218/06.

A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE – SEMA por meio de utilização de recursos de tecnologia de informação torna público para conhecimento dos interessados que o recebimento das propostas será a partir do dia 03 de agosto de 2016 até às 12h30 de 16 de agosto de 2016. A abertura das propostas será realizada às 13h00min do dia 16 de agosto de 2016 tendo como referência o horário de Cuiabá-MT. A licitação será regida pelas Leis nº 10.520/2002, 8.666/93, 123/2006 e pelos Decretos 7.217/06 e suas alterações, 635/2007, 8.199/2006, 7.218/2006 e legislação pertinente.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, via INTERNET, mediante condições de segurança criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor integrante da SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, denominada Pregoeira mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo licitações da SEGES, constante da página eletrônica do Sistema de Aquisições Governamentais da SEGES – www.gestao.mt.gov.br/portaldeaquisicoes.

2. DO OBJETO

2.1 A presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE 08 (OITO) VEÍCULOS TIPO HATHBACK E 36 (TRINTA E SEIS) VEÍCULOS TIPO CAMINHONETE 4X4, devendo ser observadas as especificações e quantidades, discriminadas no Anexo I – Formulário Padrão de Proposta, que faz parte integrante deste Edital.

3. DO ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

3.1 Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente edital ou impugnação deverá ser encaminhado por escrito,

mediante endereço eletrônico (licitacao1@sema.mt.gov.br), por fax (0xx65) 3613-7309, ou ainda protocolado na Secretaria de Estado de Meio Ambiente.

3.1.1 As petições devem ser redigidas de maneira clara, objetiva e devidamente instruídas (**assinatura, endereço, razão social, nº do processo, nº do pregão e telefone para contato**).

3.2 Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a realização do pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entendam viciarem o mesmo, cabendo ao Pregoeiro decidir até o dia anterior à data de abertura da sessão de licitação, nos termos do art. 32, §1º do Decreto Estadual 7.217/2006.

3.3 Acolhida a petição de impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, devendo-se cumprir o devido prazo legal.

3.4 A ocorrência de impugnação de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá assegurar o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e legislação vigente.

3.5 Quem impedir, perturbar ou fraudar, assegurado o contraditório e a ampla defesa, a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, incorrerá em pena de detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa, nos termos do artigo 93 da Lei 8.666/93

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. A Sessão deste Pregão será pública e realizada em conformidade com este Edital na data, horário e local indicado no Preâmbulo.

4.2 Poderão participar deste pregão, qualquer empresa que cumpra as exigências do Edital e seus Anexos, no ato da abertura da sessão.

4.3 A participação das microempresas e empresas de pequeno porte obedecerá às normas dispostas nos arts. 42, 43 caput, 44, §2º e 45, § 3º da Lei Complementar 123/06, art. 3º, §1º ao §3º do Decreto Estadual 7.466/2011 e art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/06 e que cumpram as exigências do Edital e seus Anexos, no ato da abertura da sessão.

4.4 A empresa participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, podendo ser exigida a comprovação a qualquer tempo.

4.5 Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

4.5.1 Em estado de falência, de concurso de credores, de dissolução ou liquidação.

4.5.2 Que tenham sido declaradas inidôneas por órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas: Federal, Estadual ou Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou punida com suspensão, desde que a punição alcance esta Administração. Em ambos os casos, o ato deverá ter sido publicado na Imprensa Oficial ou registrada no Cadastro Estadual de Empresas Inidôneas ou Suspensas - CEIS/MT, conforme Lei Estadual nº 9312/2010.

4.5.3 Que estejam **reunidas em consórcio** e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.

4.5.4 Estrangeiras que não tenham sede no País.

4.5.5 Que mantenham em seu quadro de empregados, servidor público de qualquer órgão ou entidade vinculada a essa Secretaria, bem como à empresa da qual o servidor seja gerente, administrador, sócio, dirigente ou responsável técnico.

4.6 A participação no certame implica aceitar todas as condições estabelecidas neste Edital.

4.7 Sob pena de **inabilitação** ou **desclassificação**, todos os documentos apresentados deverão referir-se ao mesmo CNPJ constante na proposta de preços, salvo os permitidos por lei.

4.8 O credenciado pela empresa deverá dispor de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, no site: www.gestao.mt.gov.br.

4.9 Para ter acesso ao sistema eletrônico SIAG, os interessados em participar deste pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao site www.gestao.mt.gov.br, após clicar no link "Superintendência de Aquisições Governamentais", clicar "Fornecedores Acesse ao Sistema", clicar na aba "Fornecedor" após clicar no link "cadastro". **Em caso de dúvidas ligar para o "Help Desk" – Fone: (65) 3613-3606.**

4.10 A participação de licitantes em pregões eletrônicos estará vinculada à análise e aprovação do cadastro, tendo como requisito a validade de todas as certidões exigidas para o cadastramento.

4.11 A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, administrados pela Superintendência de Aquisições Governamentais, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado, do responsável legal da empresa ou por iniciativa do Cadastro Geral de Fornecedores/MT, devidamente justificado e nas hipóteses previstas no **Decreto n. 7.218/2006**.

4.12 Os ofícios de encaminhamento da solicitação de cadastro, além da relação de documentos necessários (contrato social, certidões) à efetivação do cadastro, estão disponibilizados no site da SEGES, no menu **Fornecedores**, “como se cadastrar”.

4.13 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da presente licitação, servidor de qualquer órgão ou entidade vinculado ao órgão promotor da licitação, bem como a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

4.14 A participação no certame se dará por meio do sistema eletrônico no site www.gestao.mt.gov.br, no link “Portal de Aquisições no menu Fornecedores – “Área do Licitante”, mediante digitação de login e senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente inclusão de sua proposta de preços e demais documentos solicitados na proposta de preços e na habilitação, **até 30 (trinta) minutos** antes do horário estabelecido para o início da sessão. Em caso de dúvidas acesse o site www.gestao.mt.gov.br e no menu “Aquisições” clique em download de manuais – acessar manual Pregão Eletrônico.

4.15 No caso de desconexão do pregoeiro com o sistema, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos seus lances. Retornando a conexão do pregoeiro ao sistema, todos os atos praticados pelos licitantes junto ao sistema, serão considerados válidos.

4.16 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1 As pessoas jurídicas ou empresas individuais interessadas em participar do certame, deverão preencher eletronicamente o “Termo de Credenciamento” informando o nome do credenciado, atribuindo-lhe poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema eletrônico.

5.2 Para participar do Sistema do Pregão Eletrônico a interessada deverá encaminhar ofício (modelo no site no link “Portal de Aquisições – menu Fornecedor – como se cadastrar), dirigido ao Cadastro Geral de Fornecedores/MT, a ser protocolado na Superintendência de Aquisições Governamentais ou via correio, devidamente assinado pelo responsável legal da empresa, informando os dados da empresa, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5.3 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu credenciado, não cabendo a SEGES a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.4 A solicitação de credenciamento de responsável para representar os interesses da empresa licitante junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.5 É vedado a qualquer credenciado representar mais de uma empresa proponente, salvo, nos casos de representação para itens distintos.

5.6 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

5.7 Dúvidas e informações pertinentes ao cadastramento poderão ser esclarecidas pelo telefone (65) 3613-3606.

5.8 A empresa deverá anexar e encaminhar via sistema eletrônico, no ato de credenciamento, uma Declaração Negativa de Inidoneidade para licitar com o poder público (**Anexo IV**).

6. DAS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS

6.1 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que desejarem obter os benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/2006, deverão solicitar o tratamento diferenciado declarando no Ato do **Credenciamento**, e no momento da **Habilitação** comprovar a situação.

6.1.1 A não apresentação dos documentos mencionados no item 6.1 configurará renúncia aos benefícios da citada legislação.

6.2 Após a fase de lances se configurará "empate ficto" quando houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à menor proposta de uma empresa comum.

6.3 A microempresa e empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste Edital, passará a ser a vencedora.

6.4 O convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

6.4.1 Havendo outras licitantes que se enquadram na condição prevista no item 6.2, estas serão convocadas, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

6.5 Na hipótese de não contratação nos termos previstos no item 6.3, o procedimento licitatório prosseguirá com os demais licitantes.

6.6 Para a regularização referente a restrição em documentos de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.7 A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

7. DO ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS

7.1 Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, o licitante deverá PREENCHER sua proposta de preços no sistema com a descrição do objeto ofertado e o preço, apresentando o valor global até a data e hora, descritos no preâmbulo deste Edital, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas

7.1.1 Após salvar a Proposta Eletrônica de Preços, o Licitante **deverá** clicar em **"ANEXO DA PROPOSTA"** para fins de anexar e enviar a PROPOSTA DE PREÇO DE FORMA ESCRITA, conforme o Formulário Padrão de Proposta (Anexo I), **redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, sem alternativas, sem emendas, sem rasuras ou entrelinhas, devidamente datadas e assinadas na última folha e rubricadas nas demais pelo representante legal da licitante.**

7.1.2 O pregão eletrônico será conduzido pelo órgão ou entidade promotor da licitação, com apoio técnico e operacional da Secretaria de Estado de Gestão - SEGES/MT.

7.2 Na Proposta serão consignados:

- a)** Identificação da proponente, endereço completo (rua, número, bairro, cidade, estado), números de telefone, fax, e-mail, Banco, Agência, Conta Corrente, CNPJ e Inscrição Estadual ou Municipal e menção do número do Edital, nome do Órgão e número para o Lote;
- b)** Todas as despesas com transportes, instalação, impostos, taxas ou quaisquer outros encargos, inclusive carga e descarga dos materiais/serviços;
- c)** Valor total do lote também deverá estar expreso por extenso;
- d)** Conter uma única cotação, com preço unitário e total em moeda corrente nacional, sendo o total expreso em algarismos e, também, por extenso, sem previsão inflacionária;

e) Em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros, e entre os valores expressos em algarismo e por extenso, será considerado este último;

f) Especificação com detalhamento claro e preciso para cada item, indicando todos os elementos que identifiquem perfeitamente o PRODUTO; inclusive sua marca e modelo;

g) Prazo de eficácia da proposta, o qual **não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias** corridos, a contar da data de sua apresentação, podendo ser prorrogado por igual período;

h) Oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;

i) **Catálogo/folders/portfólio descritivo do produto licitado, o qual deverá conter no mínimo as especificações constantes nos Anexos deste Edital, com apresentação nítida e legível.**

i.1) Somente será considerado válido o catálogo/folders/portfólio, desde que este possibilite a averiguação completa da descrição do objeto e conste a origem do *site* oficial do fabricante e que informe a "FONTE" (endereço completo <http://www.fabricantex.com/produtox>) do respectivo documento, possibilitando a comprovação da autenticidade do documento proposto.

i.2) Ficam vedadas quaisquer transformações, montagens ou adaptações na especificação original do catálogo/folders/portfólio ofertado. No caso de catálogo/folders/portfólio com diversos modelos, o proponente deverá identificar qual a marca/modelo em que estará concorrendo na licitação.

i.3) Quando o catálogo/folders/portfólio for omissivo na descrição de algum item de composição, será aceita Declaração Complementar do Fabricante ou Distribuidor, descrevendo a especificação faltante no prospecto. Contendo, inclusive, a afirmação do compromisso de entrega do produto na forma ora declarada, sob pena de desclassificação da proposta escrita. Ficando ressalvado que a descrição a ser ofertada deverá ser o do objeto ofertado, não podendo ser cópia fiel do contido no presente Edital, salvo se este corresponder em sua integralidade às especificações requisitadas.

7.3 A Empresa proponente deverá apresentar proposta da totalidade do Lote.

7.4 Para efeito de julgamento das propostas, nenhuma oferta de vantagem não prevista neste Edital e seus anexos serão considerados.

7.5 Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.6 A Pregoeira poderá, no interesse da SEMA/MT, relevar excesso de formalismo nas propostas apresentadas pelos licitantes, desde que não comprometam a lisura e o caráter competitivo da licitação.

7.7 A participação no pregão eletrônico ocorrerá mediante digitação de senha privativa do licitante.

7.8 Até a data e hora estipulada no preâmbulo deste Edital, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

7.9 O licitante responsabilizar-se-á inteiramente por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes as propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

7.10 O licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.11 A microempresa e empresa de pequeno porte que quiser usufruir dos benefícios concedidos pela LC 123/2006 deverá escolher essa opção no sistema, antes do envio da proposta.

7.12 O licitante responsabilizará por declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitando às sanções previstas no Decreto Federal n. 5.450/05.

7.13 As licitantes convocadas pelo Sr(a) Pregoeiro(a) deverão enviar a Proposta de Preços atualizada e os documentos em original ou cópia autenticada.

7.14 A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

7.15 A documentação solicitada para participação deste pregão deverá ser **anexada ao sistema** conforme o tipo de documento (documentos de proposta de preços) - Anexo "de propostas" e documentos de habilitação - Anexo "da habilitação". A inversão de documentos anexados ao sistema implica em desclassificação/inabilitação da licitante.

7.16 Todas as declarações exigidas na proposta de preços deverão estar devidamente assinadas pelo responsável legal da empresa, sob pena de desclassificação do certame.

7.17 O licitante que for beneficiado pela Isenção do ICMS, conforme Regulamento do ICMS do Estado de Mato Grosso editado em conformidade com o Convênio ICMS nº 73/04, aprovado pelo CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária DEVERÁ

considerar no preço proposto o desconto equivalente ao imposto dispensado, conforme modelo constante na PROPOSTA DE PREÇOS.

8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor, no prazo mínimo de três dias úteis antes da data de realização do pregão.

8.2 Como requisito para a participação no pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.

8.3 A partir do horário previsto no edital terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preço recebidas e em perfeita consonância com as especificações e condições de fornecimento detalhadas, sendo acolhidas àquelas propostas que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até dez por cento, relativamente à de menor preço, desde que atendam ao edital.

8.3.1 Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no item anterior, o Pregoeiro acolherá as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances.

8.4 Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

8.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

8.6. Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

8.7 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.8 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

8.9 A etapa de lances da sessão pública, prevista em edital, será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de **até trinta minutos**, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.10 No caso do item anterior, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação.

8.11 O pregoeiro anunciará o licitante vencedor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

8.12 Como requisito para a celebração do **acordo/contrato**, o vencedor deverá apresentar o documento original ou cópia autenticada, em até **48 (quarenta e oito) horas** após encerramento da sessão.

8.13 Os procedimentos para interposição de recurso, compreendida a manifestação prévia do licitante, durante a sessão pública, o encaminhamento de memorial e de eventuais contrarrazões pelos demais licitantes, serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios.

8.14 A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de Ata divulgada no sistema eletrônico.

8.15 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências editalícias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

8.15.1 Na situação a que se refere este subitem, o pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.16 A adjudicação do objeto da licitação será realizada quando houver ocorrido o atendimento das exigências fixadas no edital.

8.17 A proposta atualizada, devidamente assinada, e a documentação relativa à exigência habilitatória deverão ser encaminhadas/postadas ao Pregoeiro **em prazo não superior a 48 (quarenta e oito) horas**, contado a partir da finalização da sessão.

8.18 A proposta atualizada e a documentação ficarão à disposição de interessados na licitação, para que no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, contados da publicação do resultado, promovam solicitação de providência que o caso requerer.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Os licitantes deverão **anexar e enviar em lote**, em campo próprio via sistema eletrônico, sob pena de inabilitação, os documentos de habilitação abaixo relacionados, observando-se que deverão ser encaminhados os originais, ou cópias autenticadas, ou

em publicação da imprensa oficial ou em cópias simples, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo Pregoeiro, no **prazo de até 48 (quarenta e oito) horas** do encerramento da sessão.

9.2. Os documentos de habilitação, para **EMPRESAS CADASTRADAS**, que deverão ser apresentados na sessão pública são os seguintes:

a) Certificado de Inscrição no Cadastro de Fornecedores do Estado – CGF/MT e Certidões e Índices, em plena validade e devidamente atualizados;

b) Declaração que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal (conforme **Anexo II**);

c) Declaração da própria empresa de que não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão (conforme modelo - Anexo II)

d) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, na forma do §2º, do Art. 32 da Lei nº 8.666/93. (conforme anexo II);

d.1) No caso de microempresa e empresa de pequeno porte que, nos termos da LC nº. 123/2006 e suas alterações, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada, como ressalva na supracitada declaração, sendo que será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização referente a restrição em documentos de regularidade fiscal.

e) As microempresas e empresas de pequeno porte com renda bruta DETERMINADA NOS INCISOS I OU II DO ARTIGO 3º, DA LC 123/2006 cadastradas no CGFMT, deverão apresentar também, para ter direito aos benefícios constantes na lei complementa 123/2006 e decreto nº 635/2007:

e.1) quando **optante** pelo SIMPLES nacional:

e.1.1) Comprovante de opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal;

e.1.2) Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do §4º, art. 3º, da Lei Complementar Federal nº. 123/06, conforme Anexo III deste Edital.

e.2) quando **não optante** pelo SIMPLES nacional:

e.2.1) Declaração de imposto de renda ou balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício – DRE, comprovado ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos I e II do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06;

e.2.1.1) As empresas que utilizam a escrituração contábil digital (ECD) deverão apresentar o Balanço Patrimonial, do último exercício social exigível, acompanhado dos termos de abertura e encerramento (relatório gerado pelo SPED com status "Autenticado" acompanhado do termo de autenticação da Junta Comercial), e Recibo de entrega de livro digital junto à Receita Federal;

e.2.2) Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º da Lei Complementar nº. 123/06, conforme Anexo III do Edital.

f) As microempresas e empresas de pequeno porte com renda bruta DETERMINADA NOS INCISOS I OU II DO ARTIGO 3º, DA LC 123/2006 optantes do regime de tributação simples – SIMPLES, comprovarão a sua qualificação econômico-financeira através da apresentação da declaração anual de rendimentos/DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA, já exigíveis e apresentados na forma da lei, mesmo que apresentado o Cadastro Geral de Fornecedoros – CGF/MT

g) Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a prestação do serviço licitado.

g.1) No caso de atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito privado, o mesmo deverá conter firma reconhecida em cartório, caso não seja reconhecida a firma em cartório, o pregoeiro reserva-se o direito de efetuar diligência para verificar autenticidade do documento, e só depois exarar a decisão quanto a habilitação ou inabilitação.

g.2) O Atestado deverá ser em papel timbrado contendo a identificação do signatário responsável com firma reconhecida (quando emitido por pessoa jurídica de direito privado), bem como meios de contato (telefone, e-mail, etc.) que possibilitem o Pregoeiro realizar diligências para esclarecimento de dúvidas relativas às informações prestadas.

9.3 As licitantes, **EMPRESAS DE GRANDE PORTE NÃO CADASTRADAS** deverão apresentar na sessão pública os seguintes documentos de habilitação, em plena validade:

9.3.1 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;

b) Em se tratando de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo em vigor, devidamente registrado, acompanhado de todas as alterações ou a última alteração consolidada devidamente registrada, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

- c) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- d) Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.3.2 DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica CNPJ, podendo ser retiradas no site: www.receita.fazenda.gov.br;

b) Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União e Previdenciária, a mesma poderá ser retirada no site: www.receita.fazenda.gov.br;

b.1) Poderão ser apresentadas de forma separada as respectivas certidões descritas na alínea acima, desde que ambas estejam dentro do período de validade nelas indicados. Se uma das certidões estiver vencida, o licitante deverá apresentar a certidão de forma conjunta como descrita na alínea "b".

c) Certidão Negativa de Débito Fiscal Estadual (CND) específica para participar de licitações, onde a mesma poderá ser retirada no site: www.sefaz.mt.gov.br, para empresas sediadas no Estado de Mato Grosso, e para as empresas sediadas em outras Unidades da Federação trazer a certidão do respectivo órgão expedidor;

d) Certidão Negativa de Débito de competência da Procuradoria Geral do Estado do respectivo domicílio tributário;

d.1) Poderão ser apresentadas as respectivas Certidões descritas nas alíneas c" e "d", de forma consolidada, de acordo com a legislação do domicílio tributário do licitante, sendo que será necessária a comprovação da possibilidade legal de emissão conjunta, anexando cópia da legislação vigente.

e) Certidão Negativa de Débito Municipal, expedida pela Prefeitura do respectivo domicílio tributário;

f) Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal, podendo ser retirada no site: www.caixa.gov.br;

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pela Justiça do Trabalho, provando a inexistência de débitos inadimplidos, nos termos da Lei n. 12.440/2011, que alterou o Decreto-Lei n. 5.452/43 (Consolidação das Leis do Trabalho) e a Lei 8.666/93 (Lei de Licitações).

9.3.3 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA - FINANCEIRA

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou de outro indicador que o venha substituir;

b) Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

b.1) As demonstrações contábeis a serem apresentadas são as Demonstrações de Resultado de Exercício e a Demonstração de Lucros e Prejuízos, sendo para as:

b.1.1) Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):

a) Publicados em Diário Oficial;

b) Publicados em jornal de grande circulação; ou

c) Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

b.1.2) Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

a) Acompanhados por fotocópia dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou,

b) Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

b.1.3) Sociedade criada no exercício em curso:

b.1.3.1) Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio dos licitantes;

b.1.3.2) O balanço patrimonial, as demonstrações e o balanço de abertura deverão estar assinados pelos administradores das empresas constante do ato constitutivo, estatuto ou contrato social e por Contador legalmente habilitado.

b.1.3.3) Certidão negativa de Falência e Recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

b.1.3.4) As empresas que utilizam a escrituração contábil digital (ECD) deverão apresentar o Balanço Patrimonial, do último exercício social exigível, acompanhado dos termos de abertura e encerramento (relatório gerado pelo SPED com status "Autenticado" acompanhado do termo de autenticação da Junta Comercial), e Recibo de entrega de livro digital junto à Receita Federal;

9.3.4 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a prestação do serviço licitado.

a.1) No caso de atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito privado, o mesmo deverá conter firma reconhecida em cartório, caso não seja reconhecida a firma em cartório, o pregoeiro reserva-se o direito de efetuar diligência para verificar autenticidade do documento, e só depois exarar a decisão quanto a habilitação ou inabilitação

a.2) O Atestado deverá ser em papel timbrado contendo a identificação do signatário responsável com firma reconhecida (quando emitido por pessoa jurídica de direito privado), bem como meios de contato (telefone, e-mail, etc.) que possibilitem o Pregoeiro realizar diligências para esclarecimento de dúvidas relativas às informações prestadas.

9.3.5 DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

a) Declaração que não possui em seu quadro de pessoal, empregado (s) com menos de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal (conforme modelo - Anexo II).

b) Declaração da própria empresa de que não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão (conforme modelo - Anexo II);

c) Declaração de inexistência do fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do art. 32, § 1º da Lei nº 8.666/93. (conforme modelo - Anexo II);

c.1) No caso de microempresa e empresa de pequeno porte que, nos termos da LC nº. 123/2006 e suas alterações, possuir alguma restrição na documentação

referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada, como ressalva na supracitada declaração, sendo que será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização referente a restrição em documentos de regularidade fiscal.

9.4 As MICRO E PEQUENAS EMPRESAS COM RENDA BRUTA DETERMINADA NOS INCISOS I OU II DO ARTIGO 3, DA LC 123/2006 licitantes **NÃO CADASTRADAS** deverão apresentar na sessão pública os seguintes documentos de habilitação, em plena validade, sob pena de inabilitação:

9.4.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Ato constitutivo da empresa, acompanhado de todas as alterações ou a última alteração consolidada devidamente registrado, sendo dispensado neste momento caso já tenha sido entregue no momento do credenciamento;
- b) Cédula de identidade e CPF do responsável pela empresa, sendo dispensado neste momento caso já tenha sido entregue no momento do credenciamento.

9.4.2 DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica CNPJ, podendo ser retiradas no site: www.receita.fazenda.gov.br;
- b) Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União e Previdenciária, a mesma poderá ser retirada no site: www.receita.fazenda.gov.br;
- b.1) Poderão ser apresentadas de forma separada as respectivas certidões descritas na alínea acima, desde que ambas estejam dentro do período de validade nelas indicados. Se uma das certidões estiver vencida, o licitante deverá apresentar a certidão de forma conjunta como descrita na alínea "b".
- c) Certidão Negativa de Débito Fiscal Estadual (CND) específica para participar de licitações, onde a mesma poderá ser retirada no site: www.sefaz.mt.gov.br, para empresas sediadas no Estado de Mato Grosso, e para as empresas sediadas em outras Unidades da Federação trazer a certidão do respectivo órgão expedidor;
- d) Certidão Negativa de Débito de competência da Procuradoria Geral do Estado do respectivo domicílio tributário;
- d.1. Poderão ser apresentadas as respectivas Certidões descritas nas alíneas c" e "d", de forma consolidada, de acordo com a legislação do domicílio tributário do licitante, sendo que será necessária a comprovação da possibilidade legal de emissão conjunta, anexando cópia da legislação vigente.
- e) Certidão Negativa de Débito Municipal, expedida pela Prefeitura do respectivo domicílio tributário;

f) Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal, podendo ser retirada no site: www.caixa.gov.br;

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pela Justiça do Trabalho, provando a inexistência de débitos inadimplidos, nos termos da Lei n. 12.440/2011, que alterou o Decreto-Lei n. 5.452/43 (Consolidação das Leis do Trabalho) e a Lei 8.666/93 (Lei de Licitações).

9.4.3 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão Negativa de Falência e/ou recuperação judicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou execução patrimonial, expedida pelo domicílio da pessoa física, que tenha sido expedida até 60 (sessenta) dias anteriores à data de abertura da licitação;

b) Declaração Anual de Rendimentos/Imposto de Renda.

9.4.4 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a prestação do serviço licitado.

a.1) No caso de atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito privado, o mesmo deverá conter firma reconhecida em cartório, **caso não seja reconhecida a firma em cartório, o pregoeiro reserva-se o direito de efetuar diligência para verificar autenticidade do documento, e só depois exarar a decisão quanto a habilitação ou inabilitação.**

a.2) O Atestado deverá ser em papel timbrado contendo a identificação do signatário responsável com firma reconhecida (quando emitido por pessoa jurídica de direito privado), bem como meios de contato (telefone, e-mail, etc.) que possibilitem o Pregoeiro realizar diligências para esclarecimento de dúvidas relativas às informações prestadas.

9.5 DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

9.5.1 Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei n.º 8.666/93 (**Anexo II**).

9.5.2 No caso de microempresa, empresa de pequeno porte que, nos termos da LC nº. 123/2006 e suas alterações, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada, como ressalva na supracitada declaração, sendo que será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização referente a restrição em documentos de regularidade fiscal.

9.5.3 Declaração que não possui em seu quadro de empregados menores de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal (conforme modelo - **Anexo II**).

9.5.4 Declaração da própria empresa de que não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão (conforme modelo - **Anexo II**);

9.5.5 quando **optante** pelo SIMPLES nacional:

9.5.5.1 Comprovante de opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal;

9.5.5.2 Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do §4º, art. 3º, da Lei Complementar Federal nº. 123/06, conforme Anexo III deste Edital.

9.5.6 quando **não optante** pelo SIMPLES nacional:

9.5.6.1 Declaração de imposto de renda ou balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício – DRE, comprovado ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos I e II do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06;

9.5.6.1.1 **As empresas que utilizam a escrituração contábil digital (ECD) deverão apresentar o Balanço Patrimonial, do último exercício social exigível, acompanhado dos termos de abertura e encerramento (relatório gerado pelo SPED com status “Autenticado” acompanhado do termo de autenticação da Junta Comercial), e Recibo de entrega de livro digital junto à Receita Federal;**

9.5.6.2 Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º da Lei Complementar nº. 123/06, conforme Anexo III do Edital.

9.5.7 As micros e pequenas empresas optantes, comprovadas do regime de tributação simples – SIMPLES, comprovarão a sua qualificação econômico-financeira através da apresentação da declaração anual de rendimentos/DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA, já exigíveis e apresentados na forma da lei, mesmo que apresentado o Cadastro Geral de Fornecedoros – CGF/MT.

9.6 **Sob pena de inabilitação**, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante, e, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo, salientando que:

a) Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou;

b) Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

c) Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

d) Os atestados de capacidade técnica/responsabilidade técnica poderão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) da licitante.

9.7 Não serão aceitos protocolos de entrega, solicitações de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

9.8 Poderá o Pregoeiro declarar qualquer fato formal, desde que não implique desobediência à legislação e for evidente a vantagem para a Administração, devendo também, se necessário, promover diligência para dirimir a dúvida, cabendo, inclusive, estabelecer um prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para a solução.

9.9 Constatando através da diligência o não atendimento ao estabelecido, o Pregoeiro considerará o proponente inabilitado e prosseguirá a sessão, salvo as situações que ensejem a aplicação da Lei Complementar 123/2006 e do Decreto Estadual nº 635/2007.

9.10 O pregoeiro poderá habilitar mais de 1 (um) licitante por lote, desde que devidamente classificado para a etapa de lances e sem preterição da ordem classificatória, na forma do artigo 36, parágrafo 4º do Decreto Estadual nº 7.217 de 14 de março de 2006.

9.11 Constatado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste edital, o licitante – 1º classificado – será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

10. DOS RECURSOS

10.1. O licitante interessado em interpor recurso deverá manifestar-se, expondo os motivos em **campo próprio do Sistema Eletrônico, no Prazo de 30 (trinta) minutos**, contados da declaração de vencedor. Após a manifestação no sistema, será concedido o prazo de **03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso**, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar as contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.1.1 As petições deverão ser encaminhadas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social, nº do processo, nº do pregão e telefone para contato).

10.2 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.

10.3 O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

10.4 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.5 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação para determinar a contratação.

10.6 Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sede da Coordenadoria de Aquisições e Contratos da SEMA/MT.

10.7 Não serão aceitos recursos interpostos por meio de fac-símile e similares ou cuja petição tenha sido apresentada fora do prazo ou por pessoa inabilitada para representar a empresa recorrente.

11. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1 A adjudicação do objeto ao licitante vencedor será feita pelo Pregoeiro, e ficará sujeita à homologação da autoridade competente.

11.2 Para fins de homologação, o proponente vencedor fica obrigado a apresentar nova proposta readequada acompanhada de planilha de preços, custos e insumos detalhada com base no valor ofertado na etapa de lances verbais, no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, contados da sessão pública do Pregão, com valores correspondentes à adjudicação, a qual substituirá a original, como parte integrante do contrato, sob pena de convocação do segundo colocado.

11.3 Se o licitante não apresentar proposta atualizada no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, poderá o pregoeiro desclassificá-la e examinar as ofertas subsequentes, bem como a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

11.3.1 Nas hipóteses acima, garantida a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à licitante advertência, multas, suspensão ou declará-la inidônea, sendo informado à Secretaria de Estado de Gestão, para providência quanto ao registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado.

12. DO CONTRATO

12.1 Homologada a licitação pela Autoridade Competente, o adjudicatário terá o prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, contados da data da convocação, para assinar o Termo de Contrato, conforme minuta do **Anexo VI**. Caso a adjudicatária seja uma empresa estrangeira, este prazo poderá ser adiado até 15 (quinze) dias.

12.2 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Contratante poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite do adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito igualmente no prazo de **03 (três) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento.

12.3 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

12.4 Apresentar no momento da assinatura do contrato o **Alvará de localização e funcionamento**, emitido pelo Poder Executivo Municipal.

12.5 A vigência do presente contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura do Contrato.

12.6 Na hipótese de a empresa adjudicatária não atender a condição acima ou recusar a assinar o **Contrato e/ou retirar a Ordem de fornecimento**, bem como não apresentar justificativa porque não o fez, **decairá o direito à contratação**, conforme preceitua o art. 4º, inciso XVI e XXIII, da Lei nº. 10.520/02, nesse caso o Pregoeiro convocará o segundo licitante e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis observados o disposto no artigo 7º da mesma lei.

12.7 Como condição para celebração do Contrato, a empresa adjudicatária deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação.

12.8 Da Execução

12.8.1 O prazo para a entrega dos produtos será:

a) em **parcela única** para LOTE 01, em até **60 (sessenta) dias** contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento.

b) **sob demanda** para o LOTE 02, em até **120 (cento e vinte) dias** contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento.

12.8.2 No ato do recebimento será emitido um termo de recebimento provisório para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação técnica. Assim, o Contratante terá **15 (quinze) dias** para sua análise e, aceitando o material, emitirá o recebimento definitivo do objeto.

12.8.3 Havendo necessidade de adequação e/ou substituição do objeto, estas deverão ser feitas, pelo Contratado, **no prazo máximo de 60 (sessenta) dias**, após o recebimento da solicitação, às suas expensas.

12.9 É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital.

12.10 Pela inexecução total ou parcial do avençado através da ordem de fornecimento, com a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a CONTRATADA/ADJUDICATÁRIA as sanções de que tratam os artigos 86 a 88 da Lei Federal n.º 8.666/93, além da multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor da fatura, por dia em que, sem justa causa, a CONTRATADA/ADJUDICATÁRIA não cumprir as obrigações assumidas ou cumpri-las em desacordo com o estabelecido neste Pregão Eletrônico, até o máximo de 10 (dez) dias corridos, quando, então incidirá em outras cominações legais.

12.11 Demais obrigações constantes na Minuta de contrato (ANEXO VI), e outras, conforme legislação vigente.

13. DO PAGAMENTO

13.1 O pagamento será efetuado, após o atesto **pelos fiscais, pela Gerência de Patrimônio Mobiliário e pela Gerência de Transportes**, comprovando que o objeto foi efetivamente entregue, em consonância com o Edital, para efetivação do pagamento, o qual deverá obedecer aos termos do artigo 37 do Decreto Estadual nº 384/2015, bem como em conformidade com o Decreto Estadual nº 8.199/2006 e Decreto Estadual nº 7.217/2006.

13.2 O pagamento será efetivado por meio de Nota de Ordem Bancária, em nome da CONTRATADA na data fixada de acordo com o artigo 37 do Decreto Estadual nº 384/2015, bem como em conformidade Decreto Estadual nº 8.199/2006, Decreto Estadual nº 7.217/2006.

13.3 A licitante vencedora indicará no corpo da Nota Fiscal o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária, **e os dados do contrato de repasse CONTRATO DE REPASSE Nº 13.2.1265.1: MATO GROSSO SUSTENTÁVEL/FUNDO AMAZÔNIA:**

13.3.1 Caso constatado alguma irregularidade na nota fiscal/fatura, esta deverá ser devolvida ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

13.4 Junto com as Notas Fiscais a licitante vencedora deverá **obrigatoriamente apresentar** Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhista, sem as quais fica impossibilitada a efetivação da liquidação do pagamento.

13.5 As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da licitante vencedora.

13.6 Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

13.7 As Notas Fiscais/Faturas devem ser emitidas **em nome de ESTADO DE MATO GROSSO, com o CNPJ nº. 03.507.415/0023-50** e com o seguinte endereço: Rua C esquina com a Rua F, Centro Político Administrativo e deverão ser entregues na **Gerência de Patrimônio Mobiliário, devendo ser acompanhada pela Coordenadoria de Atendimento, Desconcentração e Descentralização de Serviços, pela Superintendência de Fiscalização e pela Gerência de Transporte, entre 13h30min às 16h00min, de segunda a sexta** para serem devidamente atestadas pelos fiscais, pela **Gerência de Patrimônio Mobiliário e pela Gerência de Transporte.**

13.8 O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade e garantia.

13.9 A partir de 1º de dezembro de 2010, as operações de vendas destinadas ao Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS42/2009, recepcionado pelo Artigo 198-A-5-2 do RICMS. Informações através do site www.sefaz.mt.gov.br/nfe.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 c/c Artigo 138 do Decreto 7.217/2006 e Artigos 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93).

14.1 O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital sujeita a adjudicatária a multas, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, na forma seguinte:

14.1.1 Quanto à obrigação da retirada da Nota de Empenho no prazo estabelecido:

- a) atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2 % (dois por cento);
- b) partir do 6º (sexto) até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.

14.1.2 Quanto **ao atraso na retirada do contrato**, quanto às obrigações de solução de quaisquer problemas com os itens adquiridos, e, quanto à aceitação de acréscimos e supressões no valor total da adjudicação:

- a) atraso até 2 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento);
- b) a partir do 3º (terceiro) até o limite do 5º (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia de atraso.

14.1.3. Se a contratada/adjudicatária **recusar-se a retirar a nota de empenho, assinar o Contrato e/ou receber a Ordem de fornecimento**, injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura do mesmo, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita às seguintes penalidades:

a) **Multa** de até 10% sobre o valor adjudicado;

b) **Suspensão** temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a SEMA, por prazo de até 5 (cinco) anos, e;

c) **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a adjudicatária ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

14.2 Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a SEMA poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à adjudicatária multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

14.3 São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

14.3.1 Não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;

14.3.2 Retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas;

14.3.3 Paralisação do serviço ou de fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública Estadual;

14.3.4 Entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;

14.3.5 Alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

14.3.6 Prestação de serviço de baixa qualidade;

14.4 A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas no item 14.1.3.

14.5 A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de

seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

14.6 A multa, eventualmente imposta à adjudicatária, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês. Caso a adjudicatária não tenha nenhum valor a receber deste Órgão do Estado de Mato Grosso, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda a SEMA proceder a cobrança judicial da multa.

14.7 As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a SEMA.

14.8 Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 As despesas decorrentes da aquisição, objeto desta Licitação, correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO, por meio da seguinte Dotação Orçamentária:

Unidade Orçamentária: 27101
Programa: 394, 393
Projeto/Atividade: 4319, 3118, 2078 e 2085
Região: 9900, 1200 e 100
Medida: 2, 5, 1, 13 e 35
Tarefa: 3, 2, 2, 6 e 6
Natureza da despesa: 449052
Fonte: 161
UG: 02

15.2 As despesas decorrentes do objeto desta Licitação, no exercício seguinte, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do mesmo.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do

processo, sendo vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

16.2 A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

16.2.1 A anulação do procedimento induz a do **contrato**.

16.2.2 Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do **contrato**.

16.3 A licitante fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, de acordo com o disposto no artigo 65, § 1º da lei nº 8.666/93.

16.4 Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a **SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE - SEMA/MT** não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.5 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

16.6 Após apresentação da proposta, não caberá desistência, sujeitando-se as penalidades previstas no **item 14.1** do presente edital, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

16.7 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local, anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

16.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na **SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE – SEMA/MT**.

16.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

16.10 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

16.11 O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o de Cuiabá-MT, com exclusão de qualquer outro.

16.12 Qualquer pedido de esclarecimentos, em relação ao presente Edital e seus Anexos, deverá ser encaminhado Via Protocolo na SEMA, ou correios, via Sedex, ou ainda por meio do endereço eletrônico licitacao1@sema.mt.gov.br, endereçado a Comissão de Licitação da SEMA, até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do Pregão sob pena de não conhecimento.

16.12.1 Os esclarecimentos estarão disponíveis aos interessados no site da SEMA/MT (http://www.sema.mt.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=803&Itemid=718) e no site da SEGES (<https://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/sgc/faces/pub/sgc/central/EditalPageList.jsp>), sendo de responsabilidade do licitante estar atento aos mesmos e a quaisquer alterações no Edital, não podendo alegar disto desconhecimento.

16.13 A homologação do resultado desta licitação não gera direito à contratação, mas mera expectativa de direito.

16.14 Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei 10.520/2002, da Lei 8.666/93 e do Decreto no 7.217/2006.

16.15 Havendo alterações no instrumento convocatório, as mesmas serão aplicadas também às minutas de contrato.

16.16 São partes integrantes deste Edital:

a) Anexo I – Formulário Padrão de Proposta.

b) Anexo II – Modelo da Declaração de:

- Inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

- Que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, de perigo ou insalubre, nem menor de dezesseis anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em conformidade a Lei Federal nº 9.854/02.

- Que não possui em seu quadro servidor público do Poder Executivo Estadual exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei 8.666/93 e inciso X, da Lei Complementar nº 04/90).

c) Anexo III - Requerimento de benefício de ME/EPP.

d) Anexo IV - Declaração Negativa de Inidoneidade para licitar com o poder público.

e) Anexo V - Termo de Referência nº. 41/2016 e 15/2016 elaborado pelos setores demandantes.



f) Anexo VI – Minuta de contrato.

Cuiabá, 29 de julho de 2016.

Valdinei Valério da Silva
Ordenador de despesas
Secretário Adjunto de Administração Sistêmica
SEMA/MT

**ANEXO I****FORMULÁRIO PADRÃO DE PROPOSTA**

Pregão n.º _____ DIA ____/____/____ ÀS ____:____ HORAS.
Razão Social: _____ CNPJ nº: _____
Endereço: _____
Fone: _____ Fax: _____ E-mail: _____
Agência: _____ Conta Corrente: _____ Banco: _____

LOTE 1

ITEM	ESPECIFICAÇÃO OBJETO	MARCA/ MODELO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	VEÍCULO ZERO KM, TIPO PASSEIO, ANO/MODELO CORRESPONDENTE A EMISSÃO DA NOTA FISCAL, COM 04 (QUATRO) PORTAS, COM COMBUSTÍVEL GASOLINA OU BI-COMBUSTÍVEL (GASOLINA E ÁLCOOL), POTÊNCIA MÍNIMA DE 80 CV, COM DIREÇÃO HIDRÁULICA, AR-CONDICIONADO, TRANSMISSÃO DE 05 (CINCO) VELOCIDADES À FRENTE E 01 A RÉ, COM CAPACIDADE DE 05 (CINCO) PESSOAS, NA COR BRANCA, COM PROTETOR DE CARTER, TAPETES, COM TODOS EQUIPAMENTOS EXIGIDOS PELO CONTRAN, DEVIDAMENTE LICENCIADO E EMPLACADO, COM FRETE INCLUSO, COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES SEM LIMITE DE QUILOMETRAGEM, ASSISTÊNCIA TÉCNICA: OFICINA AUTORIZADA NA CIDADE DE CUIABÁ OU VÁRZEA GRANDE. UNIDADE.		8	R\$ _____	R\$ _____
VALOR TOTAL					R\$ _____

LOTE 02

ITEM	ESPECIFICAÇÃO OBJETO	MARCA / MODELO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	VEICULO UTILITÁRIO TIPO CAMINHONETE: VEICULO NOVO. PRIMEIRO EMPLACAMENTO. FABRICAÇÃO NACIONAL. CABINE DUPLA COM 04 PORTAS LATERAIS. POTÊNCIA MÍNIMA DE 165 CV. TRAÇÃO 4X4. PNEUS MISTOS TERRA/ASFALTO. MOTOR DE COMBUSTÍVEL DIESEL. AR CONDICIONADO. DIREÇÃO HIDRÁULICA. COM TODOS OS EQUIPAMENTOS		36	R\$ _____	R\$ _____



	<p>E ACESSÓRIOS EXIGIDOS POR LEI. DEVIDAMENTE LICENCIADO E EMPLACADO EM NOME DO ESTADO DE MATO GROSSO. FRETE INCLUSO. CONFORTO/CONVENIÊNCIA: CD PLAYER/MP3 E CONEXÕES USB OU SUPERIOR. MÍNIMO 4 ALTO-FALANTES E ANTENA LOCALIZADA NO TETO OU PARA BRISA. BANCO DO MOTORISTA COM REGULAGEM DE ALTURA. COLUNA DE DIREÇÃO COM REGULAGEM DE ALTURA. TOMADA DE ENERGIA (12 V) PARA ACESSÓRIOS. ESTILO: VEÍCULO NA COR BRANCA. SEGURANÇA: AIRBAG, MÍNIMO MOTORISTA E PASSAGEIRO. SISTEMA DE ALARME. SISTEMA DE FREIO ABS (SISTEMA DE FREIO ANTIBLOCANTE). KIT DE FERRAMENTAS DE SÉRIE (MÍNIMO: CHAVE DE RODAS, CHAVE PARA RETIRAR ESTEPE, MACACO E TRIÂNGULO). OPCIONAIS EXIGIDOS INSTALADOS: 1) GUINCHO ELÉTRICO COM CAPACIDADE DE TRAÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 4,3 TONELADAS E NO MÍNIMO 9.000 LIBRAS. CABO DE AÇO GALVANIZADO COM MÍNIMO DE 25 METROS DE COMPRIMENTO E GANCHO NA PONTA. O GUINCHO ELÉTRICO DEVERÁ SER FIXADO NO PARA-CHOQUE DE IMPULSÃO (QUEBRA MATO) E ANCORADO NO CHASSI DO VEÍCULO POR MEIO DE DISPOSITIVO COMPATÍVEL E DIMENSIONADO À CAPACIDADE DO SISTEMA; 2) SNORKEL; 3) ENGATE TRASEIRO PARA REBOQUE COM TOMADA ELÉTRICA INTEGRADA, HOMOLOGADO PELO INMETRO; 4) PARA-CHOQUE DE IMPULSÃO (QUEBRA MATO) COM PROTETOR DE FAROL; 5) PROTETOR DE CARTER E CAIXA DE CÂMBIO; 6) PROTETOR DE CAÇAMBA; 7) CAPOTA MARÍTIMA; 8) SANTO ANTÔNIO; 9) TAPETES PARA ASSOALHO; 10) PELÍCULA PROTETORA DE CONTROLE SOLAR (DENTRO DOS PADRÕES ESTABELECIDOS PELO CONTRAN) EM TODOS OS VIDROS LATERAIS E TRASEIRO (MÍNIMO DE TRANSPARÊNCIA PERMITIDO EM LEI); 11) TODOS OS EQUIPAMENTOS EXIGIDOS PELO CONTRAN. LICENCIAMENTO E EMPLACAMENTO: LICENCIADO E EMPLACADO EM NOME DO ESTADO DE MATO GROSSO (CNPJ: 03.507.415/0023-50). FRETE INCLUSO. GARANTIA MÍNIMA: MÍNIMA DE 2 (DOIS) ANOS OU 100.000 KM OU SUPERIOR CONFORME PREVISÃO DO FABRICANTE. CONTADO DA ENTREGA DOS VEÍCULOS. DEVERÁ POSSUIR REDE CREDENCIADA DE OFICINAS</p>				
--	---	--	--	--	--



	<p>AUTORIZADAS, DISPONÍVEL NAS CIDADES DE CUIABÁ OU VÁRZEA GRANDE E, NO MÍNIMO, EM MAIS TRÊS CIDADES DO ESTADO DE MATO GROSSO. OS CUSTOS DAS REVISÕES PERIÓDICAS OBRIGATÓRIAS (PEÇAS E SERVIÇOS), CONFORME MANUAL, SERÃO ARCADAS PELA CONTRATANTE. MANUAIS DE FUNCIONAMENTO/USUÁRIO E GARANTIA OS VEÍCULOS E O GUINCHO ELÉTRICO DEVEM CONTER TODOS OS MANUAIS DE GARANTIA E FUNCIONAMENTO. OS MANUAIS CONTERÃO DESCRIÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS DAS ESPECIFICAÇÕES E DE COMO DEVE SER FEITA A SUA OPERACIONALIZAÇÃO, VISANDO CONSERVAÇÃO EM LONGO PRAZO, BEM COMO OS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A PRESERVAÇÃO DA GARANTIA DENTRO DO PERÍODO DE VIGÊNCIA DAS MESMAS. OBSERVAÇÕES: NÃO SERÃO ACEITOS EQUIPAMENTOS OU PEÇAS RECONDICIONADAS. A INSTALAÇÃO DE QUALQUER OPCIONAL EM QUE ENVOLVA A PARTE ELÉTRICA OU ALTERE AS CARACTERÍSTICAS DO VEÍCULO DEVERÁ SER HOMOLOGADA PELA MONTADORA PARA ASSEGURAR O PERFEITO FUNCIONAMENTO DO PRODUTO E A GARANTIA DE FÁBRICA DO VEÍCULO.</p>				
VALOR TOTAL					R\$ _____

Validade da Proposta: _____

Local e Data: _____

(Nome e assinatura do representante legal e carimbo de CNPJ da empresa)



ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO

(Papel timbrado da empresa)

Ref.: Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000/2016 – SEMA/MT

(Nome da Empresa) _____, CNPJ Nº _____, sediada na Rua _____, nº ____, bairro, _____, CEP _____ Município, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Pregão 000/2016/SEMA, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- Não possui existência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, salvo se declarado;
- Não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigosos ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, art. 27, da Lei 8.666/93, com redação determinada pela Lei nº 9.854/99;
- Não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Executivo Estadual exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei 8.666/93 e inciso X, da Lei Complementar nº 04/90).

(Local e Data)

(Nome e assinatura do representante legal e carimbo de CNPJ da empresa)



ANEXO III

MODELO DE REQUERIMENTO DE BENEFÍCIO DE ME E EPP.

REQUERIMENTO DO BENEFÍCIO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO E DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (Lei Complementar nº 123/2006)

Solicitamos na condição de MICROEMPRESA/EMPRESA DE PEQUENO PORTE, que na participação no PREGÃO Nº 000/2016/SEMA/MT, seja dado o tratamento diferenciado concedido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

Declaramos que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

Como prova da referida condição, apresentamos o seguinte documento anexo (assinalar o documento que apresentou junto com o requerimento):

() Comprovante de opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal (www.receita.fazenda.gov.br);

() CERTIDÃO emitida pela Junta Comercial, na forma do art. 8º da Instrução Normativa nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;

Local e Data

(Identificação e assinatura do Representante Legal)



ANEXO IV

**MODELO DE DECLARAÇÃO NEGATIVA DE INIDONEIDADE E AUSÊNCIA
DE FATO IMPEDITIVO PARA LICITAR COM O PODER PÚBLICO**

(Papel Timbrado da Empresa)

Declaro, sob as penas da lei, para os devidos fins, que a empresa_____ não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, e que comunicarei qualquer fato impeditivo ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto a capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira, nos termos do parágrafo 2º do artigo 32 da Lei nº 8.666/93 alterado pela Lei nº 9.648/98.

(Data, Nome e assinatura do responsável legal pela empresa) por representante legal do proponente.

ANEXO V

1. TERMO DE REFERÊNCIA / PROJETO BÁSICO nº 41/2016

2. Dados do Projeto / Convênio ou Instrumento Equivalente:

- 2.1 Nome do Projeto: Mato Grosso Sustentável / Fundo Amazônia.
2.2 Número do Convênio ou Instrumento Equivalente: 13.2.1265.1
2.3 Meta / Etapa: Aquisição de Materiais Operacionais e de Apoio.
2.4 Componente / Ação: Fortalecimento da Gestão Ambiental Estadual Por Meio da Desconcentração e da Descentralização das Atividades da SEMA / Apoio a Desconcentração da Gestão Ambiental – Diretorias Regionais. (3.1)
2.5 SICONV: (X) NÃO () SIM

3. Informações Orçamentárias:

- 3.1 Programa: 394
3.2 Função: 18
3.3 Unidade Orçamentária: 27.101
3.4 Subfunção: 541
3.5 Medida: 2
3.6 Tarefa: 3

4. Unidade demandante:

Coordenadoria de Atendimento,
Desconcentração e Descentralização de Serviços.

5. Fiscal do Contrato:

- 5.1 Fiscal Titular: Ricardo Marin Rossato
5.2 Fiscal Substituto: Juracy da Silva Santos Filho

6. Informações financeiras:

Projeto/Atividade/Ação	Fonte	Região	Classificação da Despesa	Valor (R\$)
3118	161	9900	4490.5200	
Custo Estimado para 2016				
Custo Estimado para 2017				
Custo Estimado Total				

6.1 Origem do recurso:

- () Não se aplica.
(X) Recurso de Repasse
() Recurso de Contrapartida
() Recurso de Rendimento de Aplicação

7. Objeto Sintético:

Aquisição de 08 (oito) veículos do tipo *Hatchback* (obrigatoriamente fabricado em território nacional), no âmbito do projeto MT Sustentável, financiado pelo Fundo Amazônia/BNDES, compatível às atividades de apoio ao monitoramento e fiscalização ambiental nas Diretorias de Unidades Desconcentradas, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, no interior do estado.

7.1. Especificação detalhada do objeto:

- () Não se aplica.
(X) Os veículos deverão apresentar as especificações técnicas detalhadas descritas no Anexo I.

8. Planilha Descritiva do Objeto:8.1 Os campos abaixo serão preenchidos SOMENTE em caso de Prestação de SERVIÇOS:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	UNID. DE MEDIDA	COD. SIAG	QTDD SERV.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL MENSAL	QTDD MESES	VALOR TOTAL
TOTAL GERAL								

8.2 Os campos abaixo serão preenchidos SOMENTE em caso de MATERIAIS:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	UNID. DE MEDIDA	CODIGO SIAG	QTDD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	VEÍCULO TIPO HATCHBACK - VEÍCULO ZERO KM, TIPO PASSEIO, ANO/MODELO CORRESPONDENTE A EMISSÃO DA NOTA FISCAL, COM 04 (QUATRO) PORTAS, COM COMBUSTÍVEL GASOLINA OU BICOMBUSTÍVEL (GASOLINA E ÁLCOOL), POTÊNCIA MÍNIMA DE 80 CV, COM DIREÇÃO HIDRÁULICA, ARCONDICIONADO, TRANSMISSÃO DE 05 (CINCO) VELOCIDADES À FRENTE E 01 A RÉ, COM CAPACIDADE DE 05 (CINCO) PESSOAS, NA COR BRANCA, COM PROTETOR DE CARTER, TAPETES, COM TODOS EQUIPAMENTOS EXIGIDOS PELO CONTRAN, DEVIDAMENTE LICENCIADO E EMPLACADO, COM FRETE INCLUSO, COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES SEM LIMITE DE QUILOMETRAGEM, ASSISTÊNCIA TÉCNICA: OFICINA AUTORIZADA NA CIDADE DE CUIABÁ OU VÁRZEA GRANDE. UNIDADE.	UN	2310032900001	08		
TOTAL GERAL						

9. Justificativa Técnica da Aquisição:

Trata-se de veículos fundamentais para deslocamento das equipes das Unidades Desconcentradas, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso. Com um enfoque nas diligências ambientais realizadas no perímetro urbano e em vias pavimentadas, oferecendo condições adequadas de trabalho aos servidores, que necessitam de um transporte imediato aos municípios de abrangência da Unidade Regional.

Haverá opcionais que forneçam as condições mínimas de segurança e conforto, necessárias para o atendimento as demandas de trabalho. Atualmente há disponibilidade mínima de veículos de grande porte, nas Diretorias Regionais, que geralmente atendem diligências de longa distância, impossibilitando que as ordens de serviços para trabalhos locais, na maioria das vezes localizadas em perímetros urbanos, sejam atendidas com agilidade e eficiência, sendo necessário aguardar o retorno dos veículos que estavam em campo.

Sendo assim, veículos compactos e leves, garantirão a equipe de profissionais da regional, uma prestação de serviços em menor tempo hábil, atendendo com maior mobilidade e agilidade as atribuições básicas das Unidades Regionais, assim como, em maior proporção territorial, representando e supervisionando as ações de interesse da SEMA em seus respectivos atos, projetos e programas, promovendo orientação técnica nas áreas de atuação ambiental próximas aos perímetros urbanos dos municípios que abrangem a competência das Diretorias Regionais, para emitir documentos de análise ambiental que produzam uma efetiva fiscalização e monitoramento ambiental.

Essas atividades estão alinhadas aos objetivos do Projeto Mato Grosso Sustentável, de

consolidação das Unidades de Conservação (UC) no bioma Amazônico, com o fortalecimento da gestão ambiental estadual em empreendimentos particulares, nas zonas rurais e urbanas dos municípios sob sua área de atuação, contribuindo para a redução do desmatamento e com desenvolvimento sustentável, por meio de ações desconcentradas. Em suma para que se tenha uma gestão ambiental estadual eficiente e eficaz é necessária à estruturação das Unidades Regionais da SEMA/MT com veículos condizentes para a realização das tarefas.

Atualmente, a carência de veículos apropriados tem dificultado o cumprimento dos objetivos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, de forma efetiva e abrangente.

10. Resultados Esperados:

O aparelhamento das Unidades Desconcentradas, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, propiciará melhorias em termos de mobilidade, agilidade, conforto e segurança, gerando maior qualidade na prestação de serviços ambientais e, conseqüentemente, maior satisfação por parte do cidadão.

A aquisição de veículos apropriados irá possibilitar uma efetiva ação estatal para o comando e controle das atividades poluidoras ou potencialmente poluidoras.

Com a utilização permanente dos equipamentos adquiridos, também, será possível reduzir os índices de desmates e de degradação do meio ambiente.

11. Público Alvo:

Servidores e usuários dos serviços ambientais, inicialmente nas Diretorias de Unidades Desconcentradas (DUDs), da Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA/MT), localizadas em Alta Floresta, Guarantã do Norte, Sinop, Tangará da Serra e Confresa, bem como a população do Estado de Mato Grosso de uma forma geral.

A conservação ambiental do bioma Amazônico, como resultado o aumento da qualidade de vida da população do Estado de Mato Grosso.

12. Requisitos para apresentação da proposta:

12.1 O licitante deverá apresentar folder/catálogo/portfólio do produto? (X) Sim () Não

12.1 É preciso fazer vistoria? () Sim (X) Não

12.2 Perfil da Empresa e/ou do Profissional a ser contratado:

Empresa deve comprovar que trabalha no segmento econômico do objeto licitado.

13. Entrega do bem e/ou execução do serviço:

13.1 Tipo de Entrega:

(X) Parcela única

() Parcelada, conforme cronograma

() Sob demanda

() Mensal

13.2 Prazo de entrega:

13.2.1 Da emissão da ordem de fornecimento:

(X) A ordem de fornecimento/Serviço será emitida em até 15 dias após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial.

() Conforme a necessidade, em caso de ser sob demanda.

13.2.2 Da entrega dos produtos:

(X) Os produtos deverão ser entregues em até 60 dias após o recebimento da Ordem de Fornecimento, pelo fornecedor.

() Os serviços deverão ser iniciados em até ____ dias após o recebimento da Ordem de Serviço, pelo fornecedor.

() Os produtos/serviços deverão ser entregues, após emissão da Ordem de Fornecimento/Serviço, conforme cronograma de execução (Deve vir anexo ao TR).

13.3 Local, horário e endereço de entrega do bem/execução do serviço:

13.3.1 Local da entrega:

() Gerência de Almoxarifado (Material de consumo).

(X) Gerência de Patrimônio (Bens permanentes).

(X) Outro: A entrega deverá ser acompanhada pela Coordenadoria de Atendimento, Desconcentração e Descentralização de Serviços juntamente com a Gerência de Transportes..

13.3.2 Horário de entrega: De segunda a sexta feira - das 13h30min às 16h00min.

13.3.3 Endereço da entrega: Rua C esquina com Rua F - Centro Político Administrativo - Palácio Paiguás - CEP: 78.049-913 – Cuiabá-MT.

13.4 Condições para recebimento (Provisório/Definitivo) – art. 73 e 74 da lei 8.666/93

Após o recebimento provisório, caso seja constatada incorreções sanáveis, será concedido o prazo de até 60 dias para a correção e será feito novo recebimento provisório;

Depois de verificada a conformidade com a especificação, qualidade e quantidade, será feito o recebimento definitivo no prazo de até 15 dias.

13.5. Metodologia de acompanhamento:

O acompanhamento da entrega dos materiais se dará através de consulta (formal) ao contratado, depois de decorrido 50% do prazo para entrega dos materiais, ou seja, após 30 dias da data de recebimento da Ordem de Fornecimento pelo fornecedor, sendo assim deverá haver manifestação sobre o cumprimento do prazo de entrega estabelecido de 60 dias.

14. Vigência do contrato:

() ____ meses.

(X) Não se aplica.

15. Forma de pagamento:

(X) Parcela única.

() Mensal.

() Em ____ parcelas.

() Sob demanda.

16. Obrigações específicas do objeto:



16.1 Da Contratante:

- () Sim, especificar.
(X) Não.

16.2 Da Contratada:

- () Sim, especificar.
(X) Não.

17. Das Garantias específicas do objeto:

- (X) Sim. Garantia mínima de 01 (um) ano ou superior conforme previsão de fábrica. Sendo que o prazo de reposição do bem (objeto de aquisição) defeituoso ou substituição de provável peça (s) defeituosa (s) deste, em caso de acionamento da garantia, deve ser impreterivelmente de 30 (trinta) dias contados da notificação à contratada, suficiente para o perfeito funcionamento do equipamento.
() Não.

18. Das Sanções Administrativas específicas do objeto:

- () Sim, especificar.
(X) Não.

19. Legislação específica aplicada ao objeto / Parecer específico, se houver:

- () Sim, especificar.
(X) Não.

20. Considerações (se houver):

1. TERMO DE REFERÊNCIA / PROJETO BÁSICO nº 15/2016																			
2. Dados do Projeto / Convênio ou Instrumento Equivalente: 2.1 Nome do Projeto: Mato Grosso Sustentável / Fundo Amazônia.. 2.2 Número do Convênio ou Instrumento Equivalente: 13.2.1265.1 2.3 Meta / Etapa: Aquisição de Materiais Operacionais e de Apoio 2.4 Componente / Ação: <u>Superintendência de Fiscalização:</u> Fortalecimento das Atividades de Licenciamento e da Fiscalização Ambiental / Aprimoramento da Fiscalização Ambiental / Instrumentalização para Apoiar as Operações de Fiscalização Ambiental. <u>Superintendência de Relacionamento e Atendimento:</u> Fortalecimento da Gestão Ambiental Estadual Por Meio da Desconcentração e da Descentralização das Atividades da SEMA / Apoio a Desconcentração da Gestão Ambiental – Diretorias Regionais. <u>Superintendência de Mudanças Climáticas e Biodiversidade:</u> Gestão do Sistema Estadual de Unidades de Conservação 2.5 SICONV: (x) NÃO () SIM																			
3. Informações Orçamentárias: <u>Superintendência de Fiscalização:</u> 3.1 Programa: 323 3.2 Função: 3.3 Unidade Orçamentária: 3.4 Subfunção: 3.5 Medida: 05 3.6 Tarefa: 01 <u>Superintendência de Relacionamento e Atendimento:</u> 3.1 Programa: 0072 3.2 Função: 3.3 Unidade Orçamentária: 3.4 Subfunção: 3.5 Medida: 1 3.6 Tarefa: 2 <u>Superintendência de Mudanças Climáticas e Biodiversidade:</u> 3.1 Programa: 393 3.2 Função: 18 3.3 Unidade Orçamentária: 27101 3.4 Subfunção: 541 3.5 Medida: 13 e 35 3.6 Tarefa: 6 e 6		4. Unidade demandante: Superintendência de Fiscalização; Superintendência de Relacionamento e Atendimento; Superintendência de Biodiversidade. 5. Fiscal do Contrato: <u>Superintendência de Fiscalização:</u> 5.1 Fiscal Titular: Fernando Luiz Mews 5.2 Fiscal Substituto: Leonardo Ito Isaia <u>Superintendência de Relacionamento e Atendimento:</u> 5.1 Fiscal Titular: Ricardo Marin Rossato 5.2 Fiscal Substituto: Juracy da Silva Santos Filho <u>Superintendência de Mudanças Climáticas e Biodiversidade:</u> 5.1 Fiscal Titular: Raimundo Fagundes 5.2 Fiscal Substituto: Jone Henrique de Moraes																	
6. Informações financeiras: <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse; margin-top: 5px;"> <thead> <tr> <th style="width: 25%;">Projeto/Atividade/Ação</th> <th style="width: 15%;">Fonte</th> <th style="width: 15%;">Região</th> <th style="width: 25%;">Classificação da Despesa</th> <th style="width: 20%;">Valor (R\$)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td style="text-align: center;">4319</td> <td style="text-align: center;">161</td> <td style="text-align: center;">9900</td> <td style="text-align: center;">4490.5236</td> <td></td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">5116</td> <td style="text-align: center;">161</td> <td style="text-align: center;">9900</td> <td style="text-align: center;">4490.5236</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>					Projeto/Atividade/Ação	Fonte	Região	Classificação da Despesa	Valor (R\$)	4319	161	9900	4490.5236		5116	161	9900	4490.5236	
Projeto/Atividade/Ação	Fonte	Região	Classificação da Despesa	Valor (R\$)															
4319	161	9900	4490.5236																
5116	161	9900	4490.5236																

5116	161	9900	4490.5236	
Custo Estimado para 2016				
Custo Estimado Total				

6.1 Origem do recurso:

- () Não se aplica.
(X) Recurso de Repasse
() Recurso de Contrapartida
() Recurso de Rendimento de Aplicação

7. Objeto Sintético:

Aquisição de 36 (trinta e seis) veículos tipo caminhonete 4x4 (fabricado em território nacional), com motorização diesel, cabine dupla, com guincho elétrico, snorkel, engate de reboque, protetor de caçamba e para-choque de impulsão, no âmbito do projeto MT Sustentável, financiado pelo Fundo Amazônia/BNDES.

7.1. Especificação detalhada do objeto:

- () Não se aplica.
(X) Os equipamentos deverão apresentar as especificações técnicas descritas no Anexo I.

8. Planilha Descritiva do Objeto:

8.1 Os campos abaixo serão preenchidos SOMENTE em caso de Prestação de SERVIÇOS:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	UNID. DE MEDIDA	COD. SIAG	QTDD SERV.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL MENSAL	QTDD MESES	VALOR TOTAL
TOTAL GERAL								

8.2 Os campos abaixo serão preenchidos SOMENTE em caso de MATERIAIS:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	UNID. DE MEDIDA	CODIGO SIAG	QTDD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	VEICULO UTILITÁRIO TIPO CAMINHONETE: VEICULO NOVO. EMPLACADO E LICENCIADO. FABRICAÇÃO NACIONAL. TRAÇÃO 4X4. MOTOR DIESEL. VEÍCULO NA COR BRANCA. FRETE INCLUSO. OPCIONAIS EXIGIDOS INSTALADOS: GUINCHO ELÉTRICO. SNORKEL. ENGATE TRASEIRO PARA REBOQUE COM TOMADA ELÉTRICA. PARA-CHOQUE DE IMPULSÃO (QUEBRA MATO). PROTETOR DE CARTER E CÂMBIO. PROTETOR DE CAÇAMBA. CAPOTA MARÍTIMA. SANTO ANTÔNIO. TAPETES PARA ASSOALHO. PELÍCULA PROTETORA DE CONTROLE SOLAR.	UN	CADASTRAR	36		
TOTAL GERAL						

9. Justificativa Técnica da Aquisição :

A presente contratação se faz necessária para atender a SEMA, sendo que 18 caminhonetes serão para a Superintendência de Fiscalização, 14 para a Superintendência de Relacionamento e Atendimento através das Diretorias de Unidades Desconcentradas de Sinop, Alta Floresta, Guarantã do Norte, e 4 para a Superintendência de Mudanças Climáticas e Biodiversidade através das Unidades Operacionais de prevenção às queimadas para atendimento as Unidades

de Conservação.

Estas caminhonetes são adaptadas à realidade do solo amazônico e serão utilizadas para o deslocamento dos servidores nas atividades de campo.

Estes veículos são equipados com motorização, guincho, tração, transmissão e suspensão adequadas ao solo amazônico, permitindo ações em locais isolados e de difícil acesso. Oferece condições de trabalho seguras aos servidores, principalmente em períodos de alto índice pluviométrico onde estradas pouco pavimentadas não oferecem condições adequadas de rodagem. Sendo assim, veículos adequados e resistentes garantirão uma prestação de serviços por um longo período de tempo.

A SEMA/MT conta hoje com um número reduzido de equipamentos adequados às atividades de campo, que envolvem deslocamento em terrenos de trafegabilidade restrita, exposição ao calor excessivo, umidade, precipitação, dentre outras intempéries ambientais e climáticas. Tais fatores contribuem para a baixa durabilidade de equipamentos convencionais, interferindo no desenvolvimento e nos resultados das ações executadas pelas equipes de campo.

Com a aquisição destes veículos será possível atender com maior mobilidade e agilidade as atribuições básicas de monitoramento e controle de danos ambientais nas mais variadas regiões do Estado. Essas atividades desempenhadas vêm de encontro aos objetivos do Projeto MT Sustentável.

Atualmente, a inexistência de veículos apropriados para transitar em regiões de difícil acesso tem inviabilizando o cumprimento dos objetivos de forma efetiva e abrangente da Superintendência de Fiscalização, das Diretorias de Unidades Desconcentradas e das Unidades Operacionais de prevenção às queimadas para atendimento as Unidades de Conservação, ambos da SEMA-MT.

Com o desenvolvimento destas ações será possível promover um meio ambiente de qualidade à população de Mato Grosso visando o desenvolvimento sustentável.

10. Resultados Esperados:

O aparelhamento da SEMA/MT propiciará melhorias em termos de mobilidade, agilidade, conforto e segurança, gerando maior qualidade na prestação de serviços ambientais e consequentemente maior satisfação por parte do cidadão.

A aquisição de equipamentos apropriados irá possibilitar uma efetiva ação estatal para o comando e controle das atividades poluidoras ou potencialmente poluidoras.

Com a utilização permanente dos equipamentos adquiridos, também será possível reduzir os índices de desmates e de degradação ao meio ambiente.

11. Público Alvo:

Servidores da Superintendência de Fiscalização, das Diretorias de Unidades Desconcentradas e das Unidades Operacionais de prevenção às queimadas para atendimento às Unidades de Conservação, ambos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA/MT). A população do Estado de Mato Grosso, através da conservação do meio ambiente no bioma Amazônico, proporcionará o aumento da qualidade de vida da população.

12. Requisitos para apresentação da proposta:

12.1 O licitante deverá apresentar folder/catálogo/portfólio do produto? (X) Sim () Não

12.1 É preciso fazer vistoria? () Sim (X) Não

12.2 Perfil da Empresa e/ou do Profissional a ser contratado:
Não se aplica

13. Entrega do bem e/ou execução do serviço:

13.1 Tipo de Entrega:

- () Parcela única
- () Parcelada, conforme cronograma
- (X) Sob demanda
- () Mensal

13.2 Prazo de entrega:

13.2.1 Da emissão da ordem de fornecimento:

- (X) A ordem de fornecimento/Serviço será emitida em até após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial.
- (X) Conforme a necessidade, em caso de ser sob demanda.

13.2.2 Da entrega dos produtos:

- (X) Os produtos deverão ser entregues em até 120 dias após o recebimento da Ordem de Fornecimento, pelo fornecedor.
- () Os serviços deverão ser iniciados em até ____ dias após o recebimento da Ordem de Serviço, pelo fornecedor.
- () Os produtos/serviços deverão ser entregues, após emissão da Ordem de Fornecimento/Serviço, conforme cronograma de execução (Deve vir anexo ao TR).

13.3 Local, horário e endereço de entrega do bem/execução do serviço:

13.3.1 Local da entrega:

- () Gerência de Almoxarifado (Material de consumo).
- (X) Gerência de Patrimônio (Bens permanentes).
- (X) Outro: A entrega deverá ser acompanhada também pela Superintendência de Fiscalização – SUF; Superintendência de Relacionamento e Atendimento – SURAT e a Superintendência de Mudanças Climáticas e Biodiversidade – SUBIO, juntamente com a Gerência de Transporte – GETRAN da SEMA/MT.

13.3.2 Horário de entrega: De segunda a sexta feira - das 13h30min às 16h00min

13.3.3 Endereço da entrega: Rua C esquina com Rua F - Centro Político Administrativo - Palácio Paiguás. Prédio da SEMA/MT. CEP: 78.049-913 – Cuiabá-MT. Fone: (65) 3613-7391.

13.4 Condições para recebimento (Provisório/Definitivo) – art. 73 e 74 da lei 8.666/93

Após o recebimento provisório, caso seja constatada incorreções sanáveis, será concedido o prazo de até 60 dias para a correção e será feito novo recebimento provisório; Depois de verificada a conformidade com a especificação, qualidade e quantidade, será feito o recebimento definitivo no prazo de até 15 dias.

13.5. Metodologia de acompanhamento:

Não se aplica.



14. Vigência do contrato: (X) 12 meses. () Não se aplica.
15. Forma de pagamento: () Parcela única. () Mensal. () Em ____ parcelas. (X) Sob demanda.
16. Obrigações específicas do objeto: 16.1 Da Contratante: () Sim, especificar. (X) Não. 16.2 Da Contratada: () Sim, especificar. (X) Não.
17. Das Garantias específicas do objeto: (X) Sim. Garantia mínima de 02 (dois) anos ou 100.000 km. Contado da entrega dos veículos. () Não.
18. Das Sanções Administrativas específicas do objeto: () Sim, especificar. (X) Não.
19. Legislação específica aplicada ao objeto / Parecer específico, se houver: () Sim, especificar. (X) Não.
20. Considerações (se houver):

Anexo I

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DETALHADA DO OBJETO:

VEICULO UTILITÁRIO TIPO CAMINHONETE: VEICULO NOVO. PRIMEIRO EMPLACAMENTO. FABRICAÇÃO NACIONAL. CABINE DUPLA COM 04 PORTAS LATERAIS. POTÊNCIA MÍNIMA DE 165 CV. TRAÇÃO 4X4. PNEUS MISTOS TERRA/ASFALTO. MOTOR DE COMBUSTÍVEL DIESEL. AR CONDICIONADO. DIREÇÃO HIDRÁULICA. COM TODOS OS EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS EXIGIDOS POR LEI. DEVIDAMENTE LICENCIADO E EMPLACADO EM NOME DO ESTADO DE MATO GROSSO. FRETE INCLUSO.

CONFORTO/CONVENIÊNCIA: CD PLAYER/MP3 E CONEXÕES USB OU SUPERIOR. MÍNIMO 4 ALTO-FALANTES E ANTENA LOCALIZADA NO TETO OU PARA BRISA. BANCO DO MOTORISTA COM REGULAGEM DE ALTURA. COLUNA DE DIREÇÃO COM REGULAGEM DE ALTURA. TOMADA DE ENERGIA (12 v) PARA ACESSÓRIOS.

ESTILO: VEÍCULO NA COR BRANCA.

SEGURANÇA: AIRBAG, MÍNIMO MOTORISTA E PASSAGEIRO. SISTEMA DE ALARME. SISTEMA DE FREIO ABS (SISTEMA DE FREIO ANTIBLOCANTE). KIT DE FERRAMENTAS DE SÉRIE (MÍNIMO: CHAVE DE RODAS, CHAVE PARA RETIRAR ESTEPE, MACACO E TRIÂNGULO).

OPCIONAIS EXIGIDOS INSTALADOS:

- 1) GUINCHO ELÉTRICO COM CAPACIDADE DE TRAÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 4,3 TONELADAS E NO MÍNIMO 9.000 LIBRAS. CABO DE AÇO GALVANIZADO COM MÍNIMO DE 25 METROS DE COMPRIMENTO E GANCHO NA PONTA. O GUINCHO ELÉTRICO DEVERÁ SER FIXADO NO PARA-CHOQUE DE IMPULSÃO (QUEBRA MATO) E ANCORADO NO CHASSI DO VEÍCULO POR MEIO DE DISPOSITIVO COMPATÍVEL E DIMENSIONADO À CAPACIDADE DO SISTEMA;
- 2) SNORKEL;
- 3) ENGATE TRASEIRO PARA REBOQUE COM TOMADA ELÉTRICA INTEGRADA, HOMOLOGADO PELO INMETRO;
- 4) PARA-CHOQUE DE IMPULSÃO (QUEBRA MATO) COM PROTETOR DE FAROL;
- 5) PROTETOR DE CARTER E CAIXA DE CÂMBIO;
- 6) PROTETOR DE CAÇAMBA;
- 7) CAPOTA MARÍTIMA;
- 8) SANTO ANTÔNIO;
- 9) TAPETES PARA ASSOALHO;
- 10) PELÍCULA PROTETORA DE CONTROLE SOLAR (DENTRO DOS PADRÕES ESTABELECIDOS PELO CONTRAN) EM TODOS OS VIDROS LATERAIS E TRASEIRO (MÍNIMO DE TRANSPARÊNCIA PERMITIDO EM LEI);
- 11) TODOS OS EQUIPAMENTOS EXIGIDOS PELO CONTRAN.

LICENCIAMENTO E EMPLACAMENTO: LICENCIADO E EMPLACADO EM NOME DO ESTADO DE MATO GROSSO (CNPJ: 03.507.415/0023-50). FRETE INCLUSO.

GARANTIA MÍNIMA: MÍNIMA DE 2 (DOIS) ANOS OU 100.000 KM OU SUPERIOR CONFORME PREVISÃO DO FABRICANTE. CONTADO DA ENTREGA DOS VEÍCULOS.

DEVERÁ POSSUIR REDE CREDENCIADA DE OFICINAS AUTORIZADAS, DISPONÍVEL NAS CIDADES DE CUIABÁ OU VÁRZEA GRANDE E, NO MÍNIMO, EM MAIS TRÊS CIDADES DO ESTADO DE MATO GROSSO.

OS CUSTOS DAS REVISÕES PERIÓDICAS OBRIGATÓRIAS (PEÇAS E SERVIÇOS), CONFORME MANUAL, SERÃO ARCADAS PELA CONTRATANTE.

MANUAIS DE FUNCIONAMENTO/USUÁRIO E GARANTIA

OS VEÍCULOS E O GUINCHO ELETRICO DEVEM CONTER TODOS OS MANUAIS DE GARANTIA E FUNCIONAMENTO. OS MANUAIS CONTERÃO DESCRIÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS DAS ESPECIFICAÇÕES E DE COMO DEVE SER FEITA A SUA OPERACIONALIZAÇÃO, VISANDO CONSERVAÇÃO EM LONGO PRAZO, BEM COMO OS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A PRESERVAÇÃO DA GARANTIA DENTRO DO PERÍODO DE VIGÊNCIA DAS MESMAS.

OBSERVAÇÕES:

NÃO SERÃO ACEITOS EQUIPAMENTOS OU PEÇAS RECONDICIONADAS.



A INSTALAÇÃO DE QUALQUER OPCIONAL EM QUE ENVOLVA A PARTE ELÉTRICA OU ALTERE AS CARACTERÍSTICAS DO VEÍCULO DEVERÁ SER HOMOLOGADA PELA MONTADORA PARA ASSEGURAR O PERFEITO FUNCIONAMENTO DO PRODUTO E A GARANTIA DE FÁBRICA DO VEÍCULO.



ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO

*TERMO DE CONTRATO Nº.
_____/2016/SEMA QUE ENTRE SI
CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO DE
MEIO AMBIENTE E A EMPRESA*

O ESTADO DE MATO GROSSO, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE – SEMA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.507.415/0023-50, criada pela Lei Complementar nº. 214, de 23 de junho de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 566, de 20 de maio de 2015, com sede na Rua C, esquina com a Rua F, Palácio Paiaguás, Centro Político Administrativo - CPA, nesta Capital, neste ato representado pelo Secretário de Estado de Meio Ambiente, Sr. _____, portadora do RG nº. _____ e do CPF nº. _____, nomeada pelo Ato Governamental n.º _____ de _____, doravante denominada apenas **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ: _____, localizada a _____, telefone: _____, representada pelo(a) Senhor(a) _____, portador(a) do RG: _____ e do CPF: _____, aqui denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, em conformidade com o **Processo n.º 163721/2016/SEMA**, devidamente instruído com o Parecer Jurídico nº ____/2016, com o Pregão Eletrônico n.º 000/2016, bem como, **CONTRATO DE REPASSE Nº 13.2.1265.1: MATO GROSSO SUSTENTÁVEL/FUNDO AMAZÔNIA**, aos termos da lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Decreto Estadual n.º. 7.217/2006 e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente termo de contrato tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE 08 (OITO) VEÍCULOS TIPO HATHBACK E 36 (TRINTA E SEIS) VEÍCULOS TIPO CAMINHONETE 4X4**, para atender a **CONTRATANTE**, conforme condições e especificações constantes no **Edital de Pregão eletrônico n.º 000/2016/SEMA/MT e seus anexos**, nos Termos de Referências nº. 41/2016 e 15/2016, que fazem parte integrante deste, bem como nas cláusulas deste instrumento.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E PREÇO

2.1. O preço para o objeto contratado é o constante da proposta apresentada no **Pregão eletrônico n.º 000/2016/SEMA/MT**, conforme discriminação abaixo:



LOTE 1

ITEM	ESPECIFICAÇÃO OBJETO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	VEÍCULO ZERO KM, TIPO PASSEIO, ANO/MODELO CORRESPONDENTE A EMISSÃO DA NOTA FISCAL, COM 04 (QUATRO) PORTAS, COM COMBUSTÍVEL GASOLINA OU BI-COMBUSTÍVEL (GASOLINA E ÁLCOOL), POTÊNCIA MÍNIMA DE 80 CV, COM DIREÇÃO HIDRÁULICA, AR-CONDICIONADO, TRANSMISSÃO DE 05 (CINCO) VELOCIDADES À FRENTE E 01 A RÉ, COM CAPACIDADE DE 05 (CINCO) PESSOAS, NA COR BRANCA, COM PROTETOR DE CARTER, TAPETES, COM TODOS EQUIPAMENTOS EXIGIDOS PELO CONTRAN, DEVIDAMENTE LICENCIADO E EMPLACADO, COM FRETE INCLUSO, COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES SEM LIMITE DE QUILOMETRAGEM, ASSITÊNCIA TÉCNICA: OFICINA AUTORIZADA NA CIDADE DE CUIABÁ OU VÁRZEA GRANDE. UNIDADE.		R\$ _____	R\$ _____
VALOR TOTAL:				R\$ _____

LOTE 02

ITEM	ESPECIFICAÇÃO OBJETO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	VEICULO UTILITÁRIO TIPO CAMINHONETE: VEICULO NOVO. PRIMEIRO EMPLACAMENTO. FABRICAÇÃO NACIONAL. CABINE DUPLA COM 04 PORTAS LATERAIS. POTÊNCIA MÍNIMA DE 165 CV. TRAÇÃO 4X4. PNEUS MISTOS TERRA/ASFALTO. MOTOR DE COMBUSTÍVEL DIESEL. AR CONDICIONADO. DIREÇÃO HIDRÁULICA. COM TODOS OS EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS EXIGIDOS POR LEI. DEVIDAMENTE LICENCIADO E EMPLACADO EM NOME DO ESTADO DE MATO GROSSO. FRETE INCLUSO. CONFORTO/CONVENIÊNCIA: CD PLAYER/MP3 E CONEXÕES USB OU SUPERIOR. MÍNIMO 4 ALTO-FALANTES E ANTENA LOCALIZADA NO TETO OU PARA BRISA. BANCO DO MOTORISTA COM REGULAGEM DE ALTURA. COLUMNA DE DIREÇÃO COM REGULAGEM DE ALTURA. TOMADA DE ENERGIA (12 V) PARA ACESSÓRIOS. ESTILO: VEÍCULO NA COR BRANCA. SEGURANÇA: AIRBAG, MÍNIMO MOTORISTA E PASSAGEIRO. SISTEMA DE ALARME. SISTEMA DE FREIO ABS (SISTEMA DE FREIO ANTIBLOCANTE). KIT DE FERRAMENTAS DE SÉRIE (MÍNIMO: CHAVE DE		R\$ _____	R\$ _____



	<p>RODAS, CHAVE PARA RETIRAR ESTEPE, MACACO E TRIÂNGULO). OPCIONAIS EXIGIDOS INSTALADOS: 1) GUINCHO ELÉTRICO COM CAPACIDADE DE TRAÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 4,3 TONELADAS E NO MÍNIMO 9.000 LIBRAS. CABO DE AÇO GALVANIZADO COM MÍNIMO DE 25 METROS DE COMPRIMENTO E GANCHO NA PONTA. O GUINCHO ELÉTRICO DEVERÁ SER FIXADO NO PARA-CHOQUE DE IMPULSÃO (QUEBRA MATO) E ANCORADO NO CHASSI DO VEÍCULO POR MEIO DE DISPOSITIVO COMPATÍVEL E DIMENSIONADO À CAPACIDADE DO SISTEMA; 2) SNORKEL; 3) ENGATE TRASEIRO PARA REBOQUE COM TOMADA ELÉTRICA INTEGRADA, HOMOLOGADO PELO INMETRO; 4) PARA-CHOQUE DE IMPULSÃO (QUEBRA MATO) COM PROTETOR DE FAROL; 5) PROTETOR DE CARTER E CAIXA DE CÂMBIO; 6) PROTETOR DE CAÇAMBA; 7) CAPOTA MARÍTIMA; 8) SANTO ANTÔNIO; 9) TAPETES PARA ASSOALHO; 10) PELÍCULA PROTETORA DE CONTROLE SOLAR (DENTRO DOS PADRÕES ESTABELECIDOS PELO CONTRAN) EM TODOS OS VIDROS LATERAIS E TRASEIRO (MÍNIMO DE TRANSPARÊNCIA PERMITIDO EM LEI); 11) TODOS OS EQUIPAMENTOS EXIGIDOS PELO CONTRAN. LICENCIAMENTO E EMPLACAMENTO: LICENCIADO E EMPLACADO EM NOME DO ESTADO DE MATO GROSSO (CNPJ: 03.507.415/0023-50). FRETE INCLUSO. GARANTIA MÍNIMA: MÍNIMA DE 2 (DOIS) ANOS OU 100.000 KM OU SUPERIOR CONFORME PREVISÃO DO FABRICANTE. CONTADO DA ENTREGA DOS VEÍCULOS. DEVERÁ POSSUIR REDE CREDENCIADA DE OFICINAS AUTORIZADAS, DISPONÍVEL NAS CIDADES DE CUIABÁ OU VÁRZEA GRANDE E, NO MÍNIMO, EM MAIS TRÊS CIDADES DO ESTADO DE MATO GROSSO. OS CUSTOS DAS REVISÕES PERIÓDICAS OBRIGATÓRIAS (PEÇAS E SERVIÇOS), CONFORME MANUAL, SERÃO ARCADAS PELA CONTRATANTE. MANUAIS DE FUNCIONAMENTO/USUÁRIO E GARANTIA OS VEÍCULOS E O GUINCHO ELÉTRICO DEVEM CONTER TODOS OS MANUAIS DE GARANTIA E FUNCIONAMENTO. OS MANUAIS CONTERÃO DESCRIÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS DAS ESPECIFICAÇÕES E DE COMO DEVE SER FEITA A SUA OPERACIONALIZAÇÃO, VISANDO CONSERVAÇÃO EM LONGO PRAZO, BEM COMO OS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A</p>			
--	---	--	--	--



	PRESERVAÇÃO DA GARANTIA DENTRO DO PERÍODO DE VIGÊNCIA DAS MESMAS. OBSERVAÇÕES: NÃO SERÃO ACEITOS EQUIPAMENTOS OU PEÇAS RECONDICIONADAS. A INSTALAÇÃO DE QUALQUER OPCIONAL EM QUE ENVOLVA A PARTE ELÉTRICA OU ALTERE AS CARACTERÍSTICAS DO VEÍCULO DEVERÁ SER HOMOLOGADA PELA MONTADORA PARA ASSEGURAR O PERFEITO FUNCIONAMENTO DO PRODUTO E A GARANTIA DE FÁBRICA DO VEÍCULO.			
VALOR TOTAL:				R\$ _____

2.2. A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, pelo objeto ora contratado, o valor total de R\$ _____ (_____), a ser pago sob demanda, mediante a apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pelos fiscais do contrato, pela **Gerência de Patrimônio Mobiliário e pela Gerência de Transporte**.

2.3. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

3.1. O pagamento será efetuado, conforme definido na subcláusula 2.2 deste contrato, após o atesto na Nota Fiscal/Fatura pelos fiscais do contrato, pela **Gerência de Patrimônio Mobiliário e pela Gerência de Transporte**, designados pela **CONTRATANTE**, em consonância com o objeto do Edital;

3.2 O pagamento será efetivado por meio de Nota de Ordem Bancária, em nome da **CONTRATADA** na data fixada de acordo com o artigo 37 do Decreto Estadual nº 384/2015, bem como em conformidade Decreto Estadual nº 8.199/2006, Decreto Estadual nº 7.217/2006;

3.3. A **CONTRATADA** indicará no corpo da Nota Fiscal o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária, bem como o número do contrato, descrição detalhada do objeto entregue/serviço prestado, período de execução e dados da ordem de fornecimento/serviço, nome e (número do convênio): Mato Grosso Sustentável / Fundo Amazônia (13.2.1265.1)

3.3.1. Caso constatada alguma irregularidade na nota fiscal/fatura, esta deverá ser devolvida a **CONTRATADA** para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

3.3.2. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

3.4. Junto com as Notas Fiscais a **CONTRATADA** deverá **obrigatoriamente apresentar** Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Certidão Negativa de Débitos Trabalhista, Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS, sem as quais fica impossibilitada a efetivação da liquidação do pagamento;

3.5 As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da **CONTRATADA**;

3.6 Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado;

3.7 As Notas Fiscais/Faturas devem ser emitidas em nome de **ESTADO DE MATO GROSSO**, com o CNPJ nº. **03.507.415/0023-50** e com o seguinte endereço: Rua C esquina com a Rua F, Centro Político Administrativo, e deverão ser entregues na **Gerência de Patrimônio Mobiliário – SEMA/MT** para serem devidamente conferidas e atestadas pelo fiscal do contrato;

3.8 O pagamento efetuado à **CONTRATADA** não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao serviço, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade e garantia;

3.9 A partir de 1º de dezembro de 2010, as operações de vendas destinadas à Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS42/2009, recepcionado pelo Artigo 198-A-5-2 do RICMS. Informações através do site www.sefaz.mt.gov.br/nfe.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto deste contrato, correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Secretaria de estado de Meio Ambiente de Mato Grosso, através da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade: 27101 – SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
Projeto Atividade: 4319, 3118, 2078 e 2085
Natureza de Despesa: 449052
Fonte de Recurso: 161

4.2. As despesas decorrentes do objeto contratado, no exercício seguinte, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da **CONTRATANTE**.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5.1 Os valores descritos na cláusula segunda poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

5.2 A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1 O prazo para a entrega do produto será de até:

a) em **parcela única** para LOTE 01, em até **60 (sessenta) dias** contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento.

b) **sob demanda** para o LOTE 02, em até **120 (cento e vinte) dias** contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento.

6.2 No ato do recebimento será emitido um termo de recebimento provisório para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação técnica. Assim, o Contratante terá **15 (quinze) dias** para sua análise e, aceitando o material, emitirá o recebimento definitivo do objeto.

6.3 Havendo necessidade de adequação e/ou substituição do objeto, estas deverão ser feitas, pelo Contratado, **no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis**, após o recebimento da solicitação, às suas expensas.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas contratuais e as normas da Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

7.2. A execução do contrato será acompanhado e fiscalizado pelo fiscal do contrato, com atribuições específicas;

7.3. A fiscalização exercida na entrega dos produtos não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA**, por quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos;

7.4 Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

8.1. Será designado, pela **Coordenadoria de Atendimento, Desconcentração e Descentralização de Serviços**, pela **Superintendência de Fiscalização** e pela **Superintendência de Mudanças Climáticas e Biodiversidade**, um servidor qualificado ou uma comissão para exercer a fiscalização do contrato, que terá, dentre outras, a incumbência de solicitar à **CONTRATADA** o afastamento ou a substituição de profissional que considere ineficiente, incompetente, inconveniente ou desrespeitoso com pessoas da **CONTRATANTE** ou terceiros ligados à contratação.

PARÁGRAFO ÚNICO - O exercício da fiscalização pela **CONTRATANTE** não excluirá nem reduzirá as responsabilidades de competência da **CONTRATADA**.

8.2 O acompanhamento da entrega dos materiais se dará através de consulta (formal) ao contratado, depois de decorrido 50% do prazo para entrega dos materiais, após a data de recebimento da Ordem de Fornecimento pelo fornecedor, sendo assim deverá haver manifestação sobre o cumprimento do prazo de entrega estabelecido.

8.3 A empresa contratada deverá indicar um preposto (representante) que será o responsável por prestar esclarecimentos sobre as especificações técnicas dos materiais, entrega dos bens, garantias, bem como para tratar das questões pertinentes a fiscalização do contrato

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Assinar o contrato no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados do recebimento da convocação formal, bem como, e retirar a Nota de Empenho, no prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir do recebimento da convocação formal; caso a **CONTRATADA** seja uma empresa estrangeira, este prazo poderá ser adiado até 15 (quinze) dias;

9.2 Executar o fornecimento dentro dos padrões contratados e estabelecidos pela **CONTRATANTE**, de acordo com a especificação do Termo de Referência e proposta

apresentada, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de condição estabelecida;

9.3 Zelar pela qualidade do objeto contratado, conforme especificações contidas no Edital;

9.4 Responsabilizar-se pelos eventuais danos e prejuízos que a qualquer título vier a causar ao CONTRATANTE, principalmente em decorrência da má qualidade dos produtos entregues ou dos serviços prestados vinculados a garantia;

9.5 Manter em dia as obrigações concernentes à Fazenda Pública Federal e Estadual, seguridade social e contribuição ao FGTS, durante toda a vigência deste contrato;

9.6 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à contratante, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

9.7 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da CONTRATANTE, no tocante ao fornecimento do objeto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no Edital;

9.8 Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

9.9 Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

9.10 Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas para sua contratação;

9.11 Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela CONTRATANTE;

9.12 Das Garantias:

LOTE 01: Garantia mínima de 01 (um) ano ou superior conforme previsão de fábrica. Sendo que o prazo de reposição do bem (objeto de aquisição) defeituoso ou substituição de provável peça (s) defeituosa (s) deste, em caso de acionamento da garantia, deve ser impreterivelmente de 30 (trinta) dias contados da notificação à contratada, suficiente para o perfeito funcionamento do equipamento.

LOTE 02: Garantia mínima de 02 (dois) anos ou 100.000 km, o que ocorrer primeiro. Contado da entrega dos veículos.

9.12.1 Durante o prazo de garantia dos bens, a Contratada deverá dispor de rede credenciada de oficinas habilitadas, disponível nas cidades de Cuiabá ou Várzea Grande e, no mínimo em mais três cidades do Estado de Mato Grosso, para realizar revisão veicular e assistência técnica do veículo conforme manual do fabricante.

9.13 Aplica-se ainda a CONTRATADA, por ocasião do fornecimento de serviço as disposições contidas na Lei n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Emitir Ordem de Fornecimento estabelecendo dia, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

10.2 Receber o objeto contratado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas no **Edital de Pregão Eletrônico n.º 000/2015/SEMA, seus anexos e Termos de Referências nº 41/2016 e 15/2016.**

10.3 Acompanhar a entrega do equipamento, efetuada pela CONTRATADA, podendo intervir durante a sua efetivação;

10.4 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução do fornecimento dos produtos, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da **CONTRATADA** às dependências da **CONTRATANTE**;

10.5 Notificar formalmente o fornecedor caso os equipamentos entregues não atendam as especificações exigidas, bem como qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos;

10.6 Comunicar formalmente e tempestivamente à **CONTRATADA** quanto à ocorrência de defeitos ou vícios incluídos na garantia dos equipamentos, para imediata correção;

10.7 Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**;

10.8 O objeto será recusado e devolvido nas seguintes hipóteses:

- a) Apresentem vícios de qualidade ou impropriedade;
- b) Nota fiscal com especificação e quantidade em desacordo com o contrato;
- c) Entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios do Termo de Referência;

10.9 Efetuar o pagamento a **CONTRATADA** nas condições previstas no item do pagamento;

10.10 Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

10.11 Fiscalizar o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**, por servidor designado, na forma prevista na Lei 8.666/93 e suas alterações, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução e que de tudo dará ciência a **CONTRATADA** (Lei 8.666/93);

10.12 Ao Fiscal do Contrato, designado oficialmente pela **CONTRATANTE** cabe, no mínimo:

- a) Acompanhar a execução, bem como o controle do objeto;
- b) Prestar informações e esclarecimentos ao preposto da **CONTRATADA**, sempre que for preciso;
- c) Notificar a **CONTRATADA** sobre situações irregulares;
- d) Fiscalizar a execução do objeto, condizentes com a legislação pertinente.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA CONTRATUAL

11.1. A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE**, comprovante de garantia, no valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor contratado no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contados da assinatura do contrato, nos termos do artigo 56 da Lei nº 8.666/93;

11.1.1. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 03 (três) meses após o término da vigência contratual.

11.2. A **CONTRATANTE** fica autorizada a utilizar a garantia para corrigir imperfeições na execução do objeto deste contrato ou para reparar danos decorrentes da ação ou omissão da **CONTRATADA** ou de preposto seu ou, ainda, para satisfazer qualquer obrigação resultante ou decorrente de suas ações ou omissões;

11.2.1. A autorização contida no item 11.2 é extensiva aos casos de multas aplicadas, após esgotado o prazo recursal.

11.3. Poderá a **CONTRATANTE** descontar da garantia importância a qualquer título devida pela **CONTRATADA**, obrigando-se esta a completá-la em 10 (dez) dias, e, em não o fazendo, os valores correspondentes serão descontados das faturas que tenha a receber;

11.4. A garantia prestada será retida definitivamente, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão por culpa da **CONTRATADA**, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

12.1. A vigência do presente contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura do Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1. A rescisão regula-se pelo disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.8.666/93, no que couber.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES

14.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos do edital, bem como, deste contrato, sujeita a **CONTRATADA** a multas, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

14.1.1 Quanto à obrigação da retirada da Nota de Empenho no prazo estabelecido:

- a) atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2 % (dois por cento);
- b) partir do 6º (sexto) até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.

14.1.2 Quanto ao atraso para assinatura do contrato, retirada da ordem de serviço, quanto às obrigações de solução de quaisquer problemas com o objeto contratado, e, quanto à aceitação de acréscimos e supressões no valor total da contratação:

- a) atraso até 2 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento);
- b) a partir do 3º (terceiro) até o limite do 5º (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia de atraso.

14.1.3. Se a **CONTRATADA** recusar-se a retirar a Nota de Empenho, assinar o Contrato e/ou receber a Ordem de Serviço, injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:

- a) **Multa** de até 10% sobre o valor contratado;
- b) **Suspensão** temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a SEMA, por prazo de até 5 (cinco) anos, e;
- c) **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

14.2 Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, a **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à **CONTRATADA** multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado.

14.3. São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

14.3.1. Não atendimento às especificações técnicas relativas aos serviços previstos no contrato;

14.3.2. Retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução dos serviços ou de suas parcelas;

14.3.3. Paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação à **CONTRATANTE**;

14.3.4. Entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;

14.3.5. Alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

14.3.6. Prestação de serviço de baixa qualidade;

14.4. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas na subcláusula 14.1.3.

14.5. A **CONTRATADA** que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até 5 (cinco) anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei;

14.6. A multa, eventualmente imposta à **CONTRATADA**, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês. Caso a **CONTRATADA** não tenha nenhum valor a receber deste Órgão do Estado de Mato Grosso, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda a **CONTRATANTE** proceder a cobrança judicial da multa;

14.7. As multas previstas nesta seção não eximem a **CONTRATADA** da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a **CONTRATANTE**;

14.8. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a **CONTRATANTE** reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO DIREITO DE PETIÇÃO

15.1. No tocante a recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no art. 109 da Lei nº 8.666/93.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, que, a critério da **CONTRATANTE**, que se façam necessários, até o limite de 25% do valor global deste contrato;

16.1.1. As supressões poderão ultrapassar o limite acima estabelecido, havendo acordo entre as partes.

16.2 A **CONTRATANTE** poderá revogar este contrato, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

16.2.1 A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente, impedindo efeitos jurídicos que nele, ordinariamente, deverá produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido;

16.2.2. A nulidade não exonera a **CONTRATANTE** do dever de indenizar a **CONTRATADA** pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo a responsabilidade de quem lhe deu causa.

16.3 Não será permitido subcontratar, ceder ou transferir no total ou parcial a execução do serviço;

17. CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DOS CASOS OMISSOS

17.1 Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei federal 8.666/93, na Lei nº. 10.520/2002 e demais normas federais e estaduais, e,



subsidiarimanete, segundo as disposições contidas na lei nº. 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

181. Fica eleito o foro da cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

E, por se acharem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.

Cuiabá - MT, ____ de _____ de 2016.

Secretário de Estado de Meio Ambiente
SEMA/MT

Representante da Contratada

TESTEMUNHAS:

1. _____
CPF: _____

2. _____
CPF: _____